



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ATO CONVOCATÓRIO Nº 008/2019 CONTRATO DE GESTÃO IGAM Nº 003/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DA SERRA DO CABRAL NO MUNICÍPIO DE LASSANCE/MG E DA APA SERRA DO CABRAL NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA PALMA/MG

ENQUADRAMENTO: Plano Plurianual de Aplicação (PPA) – 2018/2020

Eixo II – Programas e Ações de Planejamento

II.2. – Agenda Verde – Conservação, Recuperação e Revitalização dos Recursos Naturais e Agenda Cinza – Minimização de Impactos (Programa Revitaliza Rio das Velhas)

II.2.1 – Apoio às Unidades de Conservação para a preservação dos recursos hídricos

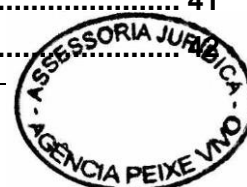
II.2.1.1 (015) – Estudos para apoiar Unidades de Conservação e elaboração de Planos de Manejo

Atividade: Contratação de empresa especializada para elaboração dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Cabral no município de Lassance/MG e da APA Serra do Cabral no município de Várzea da Palma/MG

Categoria: 92,5%

SUMÁRIO

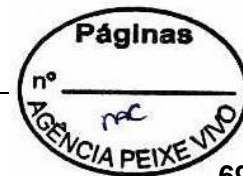
SUMÁRIO	19
LISTA DE FIGURAS	22
LISTA DE TABELAS	22
1 INTRODUÇÃO	23
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	28
3 OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO	33
3.1 Objetivo geral	33
3.2 Objetivos específicos	33
4 ÁREA DE ESTUDO	34
5 ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO	34
5.1 Etapas, Tarefas e Responsabilidades	34
5.2 Realização das reuniões, oficinas e seminários	37
5.2.1 Reunião de partida para planejamento dos trabalhos e integração junto aos atores estratégicos	37
5.2.2 Visita de reconhecimento das APAs	37
5.2.3 Reuniões periódicas de alinhamento entre a CONTRATADA e a equipe de acompanhamento	38
5.2.4 Eventos que envolvem a participação da comunidade e de outros atores interessados	38
a) Oficina de apresentação do Plano de Trabalho para a comunidade	41
b) Oficina de apresentação do Diagnóstico e elaboração do pré-zoneamento com a comunidade	41
c) Oficina de Planejamento Estratégico com a comunidade	41





d) Seminário para apresentação dos Planos de Manejo finalizados para a comunidade	42
5.3 Plano de Trabalho	42
6 DIAGNÓSTICO	43
6.1 Diagnóstico socioeconômico	44
6.1.1 Situação socioeconômica.....	45
6.1.2 Infraestrutura	47
6.1.3 Aspectos culturais e históricos.....	47
6.1.4 Educação ambiental e interpretação ambiental	47
6.1.5 Diagnóstico de uso público	48
6.2 Diagnóstico institucional e gerencial	48
6.2.1 Histórico do parque.....	48
6.2.2 Políticas públicas	49
6.2.3 Recursos humanos	49
6.2.4 Caracterização de incêndios florestais.....	49
6.2.5 Serviços de Utilidade Pública, Relevante Interesse Social e Serviços Ambientais.	50
6.3 Diagnóstico do meio abiótico	51
6.3.1 Análise climatológica	51
6.3.2 Análise geológica.....	51
6.3.3 Análise geomorfológica	52
6.3.4 Análise pedológica.....	52
6.3.5 Análise hidrológica	53
6.4 Diagnóstico do meio biótico	54
6.4.1 Flora	55
6.4.2 Fauna.....	56
6.5 Declaração de Significância da Unidade de Conservação.....	57
6.6 Mapas	58
7 ZONEAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	61
8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	62
8.1 Programa de Proteção e Manejo.....	64
8.1.1 Subprograma de Proteção dos Recursos Naturais	64
8.1.2 Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais	65
8.2 Programa de Uso Público	66
8.2.1 Subprograma de Visitação	66
8.2.2 Subprograma de Educação Ambiental	67
8.3 Programa de Gestão Territorial	68
8.3.1 Subprograma de Desenvolvimento Local.....	68
8.4 Programa de Conhecimento	68
8.4.1 Subprograma de Pesquisa	68





8.4.2 Subprograma de Monitoramento ambiental	69
8.5 Programa de Operacionalização.....	69
8.5.1 Subprograma de Administração e Manutenção	69
8.5.2 Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos.....	70
8.5.3 Subprograma de Recursos Humanos.....	70
8.5.4 Subprograma de Divulgação	71
8.6 Programa de Avaliação e Monitoramento	71
8.6.1 Subprograma de Monitoramento e Avaliação dos Programas	71
9 RESUMO EXECUTIVO	71
10 INDICADORES	72
11 PRODUTOS ESPERADOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO	73
12 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS	74
13 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO SUGERIDO.....	75
14 FORMAS DE PAGAMENTO	77
15 PERFIL DA EMPRESA E DA EQUIPE TÉCNICA	77
16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	80
17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	81
18 CONTRATAÇÃO	81
19 REFERÊNCIAS.....	81
20 ANEXOS	82
ANEXO I.A – Lei Municipal 827/2001- Lassance/MG.....	83
ANEXO I.B – Portaria nº 29/2017 – Prefeitura de Lassance.....	86
ANEXO I.C – Lei Municipal Nº 1.826/2006- Prefeitura de Várzea da Palma.....	88
ANEXO I.D – Ofício 190/2018 – Prefeitura de Várzea da Palma.....	102
ANEXO II – Modelo do Termo de Compromisso a ser firmado entre as Prefeituras Municipais de Lassance/MG e Várzea da Palma/MG, a Agência Peixe Vivo e o CBH Rio das Velhas.....	103
ANEXO III – Formulário Padrão de Registro de Espécies.....	108





LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da APA Serra do Cabral Lassance/MG e da APA Serra do Cabral Várzea da Palma/MG..... 26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Etapas para a elaboração dos Planos de Manejo da APA Serra do Cabral – Lassance e Várzea da Palma 36

Tabela 2 – Cronograma físico-financeiro e de execução 76





1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/00, estabelece critérios e normas para a criação e implementação de unidades de conservação. O SNUC inclui a categoria Área de Proteção Ambiental (APA) no grupo de unidades de conservação de Uso Sustentável.

A APA é definida como “uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC 2000, Artigo 15).

Nas APAs podem coexistir propriedades públicas e privadas, atividades socioeconômicas urbanas e rurais e áreas de interesse para a conservação do patrimônio natural e histórico-cultural. Devem, portanto, ser entendidas como unidades de conservação com características mistas, onde se busca a conservação dos recursos naturais associada às condições de ocupação humana que se estabelecem nesse território e aos princípios constitucionais que garantem o direito à propriedade privada.

O planejamento ordenado das ações a serem desenvolvidas nas unidades de conservação é de fundamental importância para garantir a preservação dos recursos naturais existentes de modo a conciliar os usos atuais e futuros da unidade com os seus objetivos de criação e manejo.

Dessa forma, os Planos de Manejo constituem o principal instrumento de planejamento e gestão das unidades de conservação, definindo o zoneamento da área e estabelecendo as diretrizes e normas de uso e ocupação do solo, a partir da realização de análises e diagnósticos dos elementos do meio físico, biótico, social e econômico. Isso se dá através de um processo de planejamento integrado, flexível e participativo, envolvendo os diversos segmentos da sociedade.

Busca-se com isso, promover a adequação e disciplinamento das atividades econômicas, considerando as características ambientais da unidade; o fomento de atividades de desenvolvimento sustentável; o reconhecimento e valorização à diversidade socioambiental e cultural da população residente; a





identificação de remanescentes ou áreas de interesse para a conservação e recuperação da biodiversidade e a proteção dos atributos específicos que motivaram a criação da unidade e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Pelas especificidades que estas categorias de Unidades de Conservação (UC) abarcam, o Plano de Manejo de APA deve ser conduzido como um amplo processo de articulação de propostas advindas dos diferentes agentes sociais que interagem em seu território, com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos naturais, econômicos e socioculturais às especificidades do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados.

Conforme previsto na Lei Federal nº 9.985/00 a Área de Proteção Ambiental deverá dispor de um **Conselho** presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. Além da exigência legal, o funcionamento do Conselho é imprescindível para que as proposições apresentadas no Plano de Manejo possam ser efetivadas e implementadas após a sua conclusão.

A APA Serra do Cabral é uma região de chapada na qual se concentram várias nascentes. Com uma densa drenagem a APA Serra do Cabral apresenta características hidrográficas típicas de planalto, apresentando desníveis, ou seja, tem um gradiente acentuado no seu perfil longitudinal, formando cachoeiras e corredeiras de água cristalina.

A Serra do Cabral faz parte da Serra do Espinhaço e além do Parque Estadual Serra do Cabral, os municípios de Várzea da Palma, Joaquim Felício, Augusto de Lima, Lassance e Francisco Dumont também criaram Unidades de Conservação, do tipo Área de Proteção Ambiental, para proteção de toda a extensão da Serra.

Em Lassance a APA Serra do Cabral (Figura 1) foi criada pela Lei Municipal nº 827/01 (Anexo I.A), com área total de 81.103,917 hectares e perímetro de 261.139 metros. A APA Serra do Cabral do município de Lassance tem por finalidade assegurar o bem estar das populações existentes conservando e melhorando as condições ecológicas, assegurando principalmente a riqueza hídrica do local, proporcionando um





desenvolvimento sustentável do local. No ano de 2016, foi decretada a Lei nº 1.174/16 que altera a Lei 827/01 e modifica algumas providências sobre a composição do Conselho. O Conselho da APA Serra do Cabral foi instituído pela Portaria nº 29/2017 (Anexo I.B).



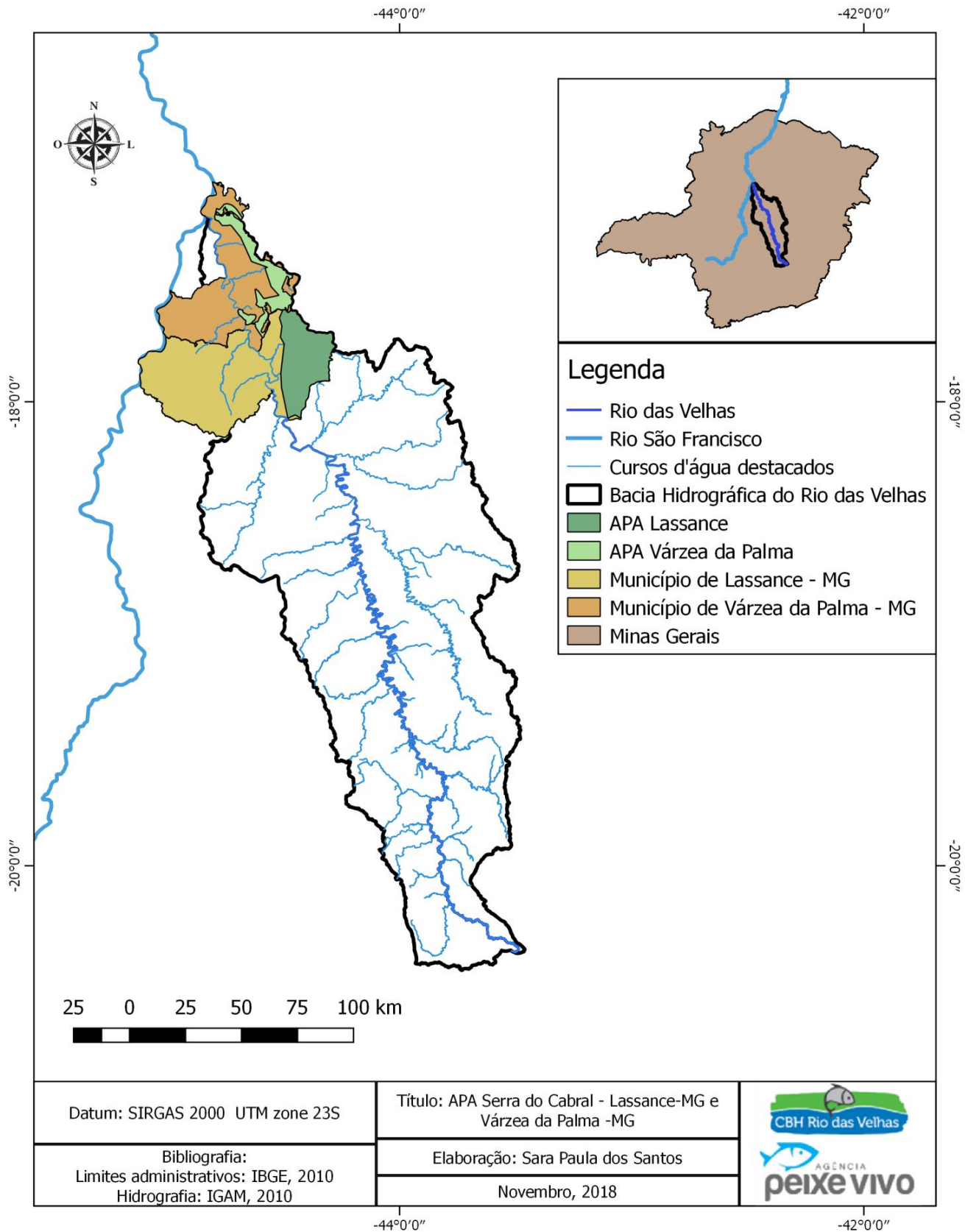


Figura 1 – Localização da APA Serra do Cabral Lassance/MG e da APA Serra do Cabral Várzea da Palma/MG





No município de Várzea da Palma também foi criada a APA Serra do Cabral (Figura 1), instituída pela Lei Municipal nº 1.826 de 24 maio de 2006 (Anexo I.C). A referida lei deixa claro em seus artigos abaixo descritos o envolvimento regional do município nos limites da UC:

Art. 1o - Fica denominada "APA SERRA DO CABRAL" e declarada Área de Proteção Ambiental, Unidade de Conservação do município de Várzea da Palma, compondo-se das matas, montanhas, rios, córregos e nascentes, visando à conservação dos sistemas essenciais à manutenção da biodiversidade, aos recursos hídricos necessários ao abastecimento da população, protegendo seu ecossistema e promovendo o desenvolvimento sustentado, com área de 42.601,90 ha e um perímetro de 319.625 m...

Art. 3o - A Área de Proteção Ambiental SERRA DO CABRAL compreende uma área de 42.601,90 ha, sendo 14.315,74 ha de Zona de Preservação da Vida Silvestre, 18.104,10 ha de Zona de Conservação da Vida Silvestre e 10.182,06 ha de Zona de Uso Agropecuário.

Conforme previsto no Artigo 17, parágrafo 6º, do Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta a Lei Federal nº 9.985/2000, é possível que o CODEMA assuma o papel de Conselho da Unidade de Conservação, desde que dentre as competências do CODEMA esteja prevista a função de atuar como Conselho da APA.

§ 6o No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao disposto neste artigo, e com competências que incluam aquelas especificadas no art. 20 deste Decreto, pode ser designado como conselho da unidade de conservação.

Conforme contato realizado com a Prefeitura de Várzea da Palma em dezembro/2018, o município se comprometeu a adequar o Regimento Interno do CODEMA para que o mesmo possa assumir o papel de Conselho da APA Serra do Cabral (Anexo I.D).





2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) é o órgão colegiado responsável por realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia do Rio das Velhas, bem como desenvolver diversos programas de melhorias ambientais na bacia, dentre eles os projetos hidro ambientais. Integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, visa à proteção dos seus mananciais e o seu desenvolvimento sustentável.

O CBH Rio das Velhas é composto por 28 membros titulares e 28 suplentes, sendo sua estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil Organizada, cada segmento com 07 representantes titulares e 07 suplentes. Com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, o CBH Rio das Velhas foi criado pelo Decreto Estadual nº 39.692, de junho de 1988.

A Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) é uma associação civil de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas a ela integradas. Criada em 15 de setembro de 2006, a Agência Peixe Vivo tem suas funções equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica (denominação das Agências de Água definida no Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999) desde o ano de 2007, por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Integram a sua composição a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

Atualmente, a Agência está legalmente habilitada a exercer as funções de Entidade Equiparada às ações de Agência de Bacia do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, de acordo respectivamente com as Resoluções nº 114/2010 e 187/2016 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e de dos Comitês estaduais mineiros, CBH Rio das Velhas (Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH SF5), de acordo com a Deliberação nº 56, de 18 de julho de 2007, do Conselho Estadual





de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), e do CBH Rio Pará (UPGRH SF2) de acordo com a Deliberação CERH-MG nº 187, de 26 de agosto de 2009.

Dentre as finalidades da Agência Peixe Vivo está a prestação de apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas para as quais ela exerce as funções de Agência de Bacia, incluindo as atividades de planejamento, execução e acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e determinados por cada CBH ou pelos Conselhos Federal e Estaduais de Recursos Hídricos.

A Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Agência Peixe Vivo, na qualidade de Secretaria Executiva do CBH Rio das Velhas, responsável pelo apoio administrativo, técnico e financeiro, objetiva contratar a elaboração dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral nos municípios de Várzea da Palma e Lassance, localizados no estado de Minas Gerais, utilizando de recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio das Velhas.

No final do ano de 2016 e princípio de 2017 o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) publicou a Deliberação nº 08/2016 e o Ofício Circular nº 07/2017, que convocaram as instituições ambientais, os subcomitês de bacia e as prefeituras dos municípios inseridos na referida bacia a apresentarem, no âmbito do **Segundo Chamamento, demandas espontâneas** de estudos, projetos e obras, visando à racionalização do uso e a melhoria dos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos. Tais demandas deveriam ser coerentes com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, atualizado em 2015, e também com o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) 2015-2017, aprovado pela Deliberação CBH Rio das Velhas, de 15 de dezembro de 2014.

Para as 23 (vinte e três) UTEs que compõe a bacia hidrográfica do Rio





das Velhas, todas apresentaram uma ou mais propostas, totalizando 59 (cinquenta e nove) demandas espontâneas recebidas pelo CBH Rio das Velhas. Após apresentação e discussão das demandas recebidas, junto à Câmara Técnica de Projetos e Controle (CTPC) do Comitê, na 99ª Reunião Plenária do CBH Rio das Velhas foi aprovada a Deliberação nº 02, de 04 de abril de 2018, com o resultado final do Segundo Chamamento para a seleção de demandas espontâneas, em que 29 (vinte e nove) demandas foram classificadas como **prioritárias**. Dentre elas encontram-se duas demandas da UTE Guaicuí, “APAVISI - Área de Preservação das Águas e Vida Silvestre da Serra do Cabral”, apresentada pela Prefeitura de Lassance e “Plano de Manejo do Cabral”, apresentada pela Prefeitura de Várzea da Palma, que pleiteiam a elaboração dos Planos de Manejo das respectivas APAs, objeto de descrição deste Termo de Referência.

Ressalta-se que as referidas demandas estão em conformidade com o **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**, no que concerne ao Programa de “Proteção de áreas para conservação”, inserido no Componente de “Conservação Ambiental”. As demandas também se inserem no contexto do **Programa Revitaliza Rio das Velhas**, no Componente Preservação e Produção de Água, e ainda estão previstas no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) para o triênio 2018/2020 do CBH Rio das Velhas, na rubrica II.2.1.1 (015) – Estudos para apoiar Unidades de Conservação e elaboração de Planos de Manejo.

O Plano de Manejo tem por objetivo ordenar o território e orientar as ações de gestão para que os objetivos de criação da Unidade de Conservação sejam cumpridos. Ainda de acordo com a Lei nº 9.985/2000, o Plano de Manejo deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Segundo o projeto que subsidiou a criação e o cadastramento do APA Serra do Cabral, no município de Lassance, junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF (PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE, 2001), algumas questões relevantes que justificam a adequada proteção e gestão da APA Serra do Cabral, o que será propiciado pelo Plano de Manejo são:





- ✓ Proteção dos remanescentes florestais nativos, tendo em vista a crescente e histórica degradação motivada pelas atividades agropecuárias (principal atividade econômica da região) e pelo fogo intencional;
- ✓ Proteção das áreas de veredas, no alto da Serra, que abrigam extenso número de nascentes;
- ✓ Proteção dos habitats naturais e manejo adequado do solo para preservação de espécies da fauna e flora regionais e inibição da atividade de caçadores;
- ✓ Implementação de Programa de Educação Ambiental para reversão do quadro de degradação;
- ✓ Estímulo ao ecoturismo local, de forma sustentável, o que atrairá recursos para o município;
- ✓ Preservação dos sítios arqueológicos e belezas cênicas, inclusive com pinturas rupestres;

Para o município de Várzea da Palma foram levantadas questões semelhantes, sendo elas (PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA, 2005):

- ✓ Segundo o Projeto de Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade no Estado de Minas Gerais, a região da Serra do Cabral foi classificada como de importância biológica Especial;
- ✓ A área também foi classificada como região de importância biológica para a conservação de répteis e anfíbios, flora, invertebrados e aves;
- ✓ A presença de afloramentos rochosos favorece a ocorrência de espécies rupícolas e/ou saxícolas, geralmente endêmicas;
- ✓ Reversão do quadro de degradação do ambiente (erosão, perda de fertilidade do solo, assoreamento dos corpos d'água, pecuária, fogo intencional, caça ilegal, dentre outros);
- ✓ Proteção de remanescentes florestais nativos de Cerrado e fauna local, com





inibição da atividade de caçadores;

- ✓ Implementação de trabalhos de conscientização ambiental para preservação da biodiversidade local;
- ✓ Proteção da qualidade das águas dos cursos d'água frequentemente utilizados como fonte de abastecimento para as populações locais.

Além disso, em reunião realizada no dia 11/12/2018, com representantes da Prefeitura de Várzea da Palma e da Prefeitura de Lassance, bem como representantes do subcomitê Guaicuí, foi informado que os principais problemas atuais verificados nas áreas das APAs referem-se à exploração descontrolada pelo agronegócio, plantio indiscriminado de eucalipto e degradação das áreas de veredas. Para o município de Lassance foi ressaltado, ainda, o garimpo ilegal de pedras preciosas. Por tudo isso fica clara a importância da elaboração dos respectivos Planos de Manejo para quantificação dos impactos existentes, detalhamento dos programas e ações necessários para a preservação das Unidades de Conservação e atualização do zoneamento ecológico-econômico, para determinação das áreas em que poderão se desenvolver certas atividades e em que condições.

No caso da APA de Várzea da Palma, o Plano de Manejo também é ferramenta imprescindível para a obtenção do cadastro da Unidade de Conservação em questão junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG). Para o município de Lassance, que já é cadastrado, a elaboração do Plano de Manejo permitirá maior pontuação no ICMS Ecológico, resultando em maior aporte de recursos financeiros para o município para implementação das ações e programas de proteção à biodiversidade, previstos no Plano de Manejo.

Ressalta-se que por se tratarem de Unidades de Conservação distintas, sendo uma no município de Lassance e outra no município de Várzea da Palma, deverão ser elaborados **dois Planos de Manejo distintos**. Entretanto, optou-se por realiza-los por meio de uma única contratação a fim de otimizar recursos, tendo em vista a proximidade e similaridade das áreas estudadas.





3 OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Objetivo geral

O presente Termo de Referência (TDR) tem como objetivo fornecer bases para a contratação de instituição ou empresa especializada para a elaboração dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral – município de Várzea da Palma/MG e da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral – município de Lassance/MG.

Ao final do Contrato espera-se que os Planos de Manejo se constituam em instrumento gerencial de trabalho que assegure uma gestão eficiente, eficaz, descentralizada, participativa e co-responsável, no cumprimento de seus objetivos de conservação.

3.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos da contratação:

- ✓ Elaborar o diagnóstico socioambiental, assim como a caracterização ambiental e institucional do território das APAs;
- ✓ Rever e definir o Zoneamento ecológico-econômico para as APAs municipais;
- ✓ Definir o Planejamento Estratégico das APAs Serra do Cabral por meio de proposições principalmente voltadas para as UCs e seu entorno, com a finalidade de minimizar/reverter situações de conflito e otimizar situações favoráveis às UCs;
- ✓ Permitir às Prefeituras Municipais de Várzea da Palma e Lassance a valorização dos aspectos histórico-culturais, sociais e ambientais dos municípios, fortalecer as parcerias com os diversos setores da sociedade, bem como incentivar e fortalecer a gestão participativa;
- ✓ Envolver a população local e regional no processo de elaboração dos Planos de Manejo das UCs, tornando-a partícipe e comprometida com as estratégias estabelecidas;





- ✓ Sensibilizar a população no sentido de proteger os importantes contribuintes do Rio das Velhas.

4 ÁREA DE ESTUDO

Em termos geográficos, o trabalho deverá abranger a área das APAs Serra do Cabral nos municípios de Lassance e Várzea da Palma, conforme apresentado no mapa da Figura 1. A área da APA Serra do Cabral no município de Lassance corresponde a 81.103,917 hectares, que somados à área da APA da Serra do Cabral em Várzea da Palma de 42.601,90 hectares, totalizam 123.705,82 hectares.

No interior das APAs deverão ser realizados os estudos necessários para a caracterização da área quanto aos fatores abióticos, bióticos e antrópicos para o conhecimento de sua dinâmica atual e tendências. Além disso, deverão ser realizados estudos socioeconômicos detalhados com vistas ao estabelecimento de estratégias de manejo para a área, disciplinando o uso e ocupação do solo e conduzindo atividades apropriadas dentro de sua capacidade de suporte.

5 ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

Para orientar o planejamento e a gestão de Unidades de Conservação do tipo APA foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental (IBAMA, 2001). Tal documento deverá ser utilizado como base para a elaboração dos Planos de Manejo das APAs Serra do Cabral, nos municípios de Lassance e Várzea da Palma.

5.1 Etapas, Tarefas e Responsabilidades

O Plano de Manejo deverá ser elaborado por equipe multidisciplinar.

Para garantir o melhor acompanhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA e também o caráter participativo do Plano, no início da contratação, **cada Prefeitura** Municipal (Várzea da Palma e Lassance), deverá indicar por meio de um instrumento normativo, um Grupo de Trabalho para





acompanhar todas as etapas de elaboração dos respectivos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral. Os respectivos instrumentos normativos deverão ser publicados pelas Prefeituras Municipais em até 15 dias após a assinatura da Ordem de Serviço pela empresa CONTRATADA, para a execução dos trabalhos.

Dessa forma, todo o processo deverá ser acompanhado pelos gestores da unidade de conservação (Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Prefeitura), representantes do conselho consultivo da unidade, representante do IEF, representante da EMATER, representante da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e do Subcomitê de Bacia Hidrográfica (SCBH) Guaicuí, dentre outros atores considerados chave para a elaboração deste trabalho. Deste ponto adiante, esta equipe passará a ser denominada de **equipe de acompanhamento**, ressaltando que será uma equipe de acompanhamento para cada um dos municípios contemplados e suas respectivas APAs.

Os Planos de Manejo deverão compreender técnicas e métodos de trabalhos específicos distribuídos em quatro etapas, conforme apresentado na Tabela 1.





Tabela 1 – Etapas para a elaboração dos Planos de Manejo da APA Serra do Cabral – Lassance e Várzea da Palma

Etapas e tarefas	Quantidade mínima de eventos por UC**	Participantes
1. Organização e preparação dos trabalhos		
1.1 Reunião de partida **	1 (uma) Reunião	Empresa contratada e equipes de acompanhamento
1.2 Visita de reconhecimento da APA Serra do Cabral	1 (uma) Visita	Empresa contratada e equipe de acompanhamento
1.3 Oficinas de apresentação do Plano de Trabalho para a comunidade	1 (uma) Oficina	Comunidade , empresa contratada e equipe de acompanhamento
2. Diagnóstico		
2.1 Elaboração dos mapas base de trabalho	-	Empresa contratada
2.2 Elaboração dos diagnósticos: socioeconômico, uso público, institucional e gerencial, meio abiótico e meio biótico.	-	Empresa contratada
2.3 Elaboração dos mapas de análise	-	Empresa contratada
2.4 Oficinas para a apresentação dos resultados finais do diagnóstico e elaboração do pré-zoneamento	1 (uma) Oficina	Comunidade , empresa contratada e equipe de acompanhamento
3. Planejamento Estratégico		
3.1 Oficina de planejamento estratégico com a comunidade	1 (uma) Oficina	Comunidade , empresa contratada e equipe de acompanhamento
3.2 Elaboração do Planejamento Estratégico com os seguintes Programas: Proteção e Manejo; Uso Público; Gestão Territorial; Operacionalização; Avaliação e Monitoramento.	-	Empresa contratada
4. Ajustes finais e Resumo executivo		
4.1 Elaboração do Resumo Executivo	-	Empresa contratada
4.2 Seminário para apresentação dos Planos de Manejo finalizados **	1 (um) Seminário	Comunidade , empresa contratada e equipes de acompanhamentos

** O quantitativo mínimo de eventos refere-se a cada uma das Unidades de Conservação (UC)/Planos de Manejo, escopo deste contrato. À exceção da Reunião de Partida e do Seminário para apresentação dos Planos de Manejo finalizados, que poderão ocorrer para ambas as UCs, simultaneamente.

Observação: Todas as oficinas e seminários deverão ser acompanhados por profissionais especializados em moderação.





5.2 Realização das reuniões, oficinas e seminários

5.2.1 Reunião de partida para planejamento dos trabalhos e integração junto aos atores estratégicos

Como etapa inicial a CONTRATADA deverá reunir a equipe de trabalho envolvida na execução das tarefas previstas neste TDR junto aos técnicos da Agência Peixe Vivo e demais representantes das **equipes de acompanhamento**. Esta reunião tem por objetivo principal orientar em relação ao planejamento das ações previstas durante a realização do Projeto. A reunião deverá ocorrer até 20 (vinte) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Nessa reunião serão esclarecidas todas as dúvidas sobre o escopo/áreas de enfoque até se chegar a um perfeito entendimento comum deste Termo de Referência, tendo em vista o alinhamento estratégico, as necessidades e demandas das APAs, quando será realizado o pré-diagnóstico. Para o perfeito andamento da confecção do Plano de Manejo é vital a organização das atividades: sistemática de trabalho, distribuição de tarefas, logística, sub-coordenações, avaliação das ações, elaboração de cronograma e outras consideradas pertinentes.

Nesta reunião de partida, deverão ser indicados pelo CBH Rio das Velhas e o SCBH Guaicuí, ainda, os possíveis pontos fortes e pontos fracos que poderão influenciar diretamente na qualidade do trabalho a ser desenvolvido.

Para otimização dos trabalhos, poderá ser realizada apenas **uma reunião de partida** com os dois municípios envolvidos, simultaneamente, desde que seja possível conciliar as agendas dos integrantes das equipes de acompanhamento.

5.2.2 Visita de reconhecimento das APAs

A equipe técnica da CONTRATADA juntamente com as respectivas **equipes de acompanhamento** da elaboração dos Planos de Manejo deverão realizar uma visita técnica de reconhecimento em cada uma das APAs, a fim de verificar a





dimensão dos trabalhos em campo.

5.2.3 Reuniões periódicas de alinhamento entre a CONTRATADA e a equipe de acompanhamento

Para garantir o bom andamento dos trabalhos a equipe técnica e de mobilização da CONTRATADA deverá reunir-se periodicamente com as **equipes de acompanhamento do Plano de Manejo**, no mínimo uma vez a cada dois meses ou conforme a demanda. Tais reuniões serão realizadas em locais previamente acordados entre as partes e tem por objetivo garantir o perfeito alinhamento entre a equipe da CONTRATADA e os demandantes deste estudo, para o esclarecimento de dúvidas do escopo e áreas de enfoque, buscando o pleno atendimento deste Termo de Referência. Conforme a necessidade, a CONTRATADA poderá ser requisitada pelas equipes de acompanhamento para realizar a apresentação dos resultados preliminares de cada etapa do trabalho, ao longo do prazo de execução do contrato.

Para a otimização dos trabalhos, as reuniões periódicas de alinhamento poderão ser realizadas entre a equipe da CONTRATADA e as equipes de acompanhamento dos dois municípios envolvidos, simultaneamente, desde que seja possível conciliar as agendas dos participantes e em local previamente definido, em comum acordo entre as partes.

O acesso à área das APAs e a todos os documentos, mapas e informações disponíveis nas Secretarias de Meio Ambiente e relevantes para a elaboração dos Planos de Manejo serão facultados à equipe da CONTRATADA, pelas Prefeituras de Várzea da Palma e Lassance, conforme Termo de Compromisso a ser assinado, cujo modelo é apresentado no Anexo II.

5.2.4 Eventos que envolvem a participação da comunidade e de outros atores interessados

Com o auxílio do CBH Rio das Velhas e do SCBH Guaicuí a CONTRATADA deverá, desde o início dos trabalhos, buscar identificar e envolver os atores





relevantes no processo de elaboração dos Planos de Manejo das UCs. O objetivo dessa abordagem participativa é criar condições para mobilizar comunidades do entorno e instituições interessadas de forma a contribuir para a mitigação de conflitos e para a gestão efetiva da unidade.

Os eventos que envolvem a participação da comunidade e dos diversos grupos de interesse envolvidos com as UCs deverão ser organizados pela CONTRATADA, que ficará responsável pela logística, mobilização e alimentação dos participantes, durante a sua realização.

Os dias, horários e locais de realização dos eventos deverão ser sugeridos pela CONTRATADA e aprovados pelas respectivas **equipes de acompanhamento do Plano de Manejo**. Para a sua escolha, a CONTRATADA deverá considerar os locais, dias e horários que permitam a maior representatividade e participação efetiva dos diversos grupos de interesse.

O CBH Rio das Velhas será responsável por auxiliar na divulgação dos eventos e também por mobilizar o subcomitê Guaicuí e seus integrantes, além de toda a comunidade e outros grupos interessados para participação.

Para garantir a ampla participação, deverá ser disponibilizado meio de transporte dos interessados até os locais dos respectivos eventos. Para tal, a CONTRATADA poderá articular, sempre que possível, uma parceria com as Prefeituras de Várzea da Palma e Lassance para disponibilização de transporte.

Conforme a necessidade, a CONTRATADA deverá providenciar os cartazes, faixas, convites eletrônicos, carros de som, dentre outros meios de comunicação, para realização da divulgação prévia dos eventos. Tais materiais, em sua versão preliminar, deverão ser encaminhados para o CBH Rio das Velhas e para a Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo (CONTRATANTE) que irá avaliar e autorizar a impressão ou publicação das versões finais. **Todos os materiais e atividades correlatas à mobilização deverão seguir as diretrizes da Câmara Técnica de**





Educação, Mobilização e Comunicação (CTECOM) do CBH Rio das Velhas, podendo ser agendada, se necessário, após a assinatura da Ordem de Serviço, uma reunião entre a CTECOM, a Agência peixe Vivo e a CONTRATADA para os alinhamentos que se fizerem necessários.

Os itens a, b, c e d, descritos adiante, contarão com a participação da comunidade e dos diversos grupos de interesse envolvidos. Cada evento deverá ter uma duração média de 4 (quatro) horas e espera-se mobilizar um público de 40 (quarenta) pessoas, em média.

Todos os eventos devem ser documentados, fotografados e, se possível, filmados. Nos respectivos relatórios (conforme discriminado no item 11) a descrição dos eventos que envolvem a participação da comunidade deve conter, minimamente:

- ✓ Descrição do público participante, identificando atores relevantes da sociedade local, agentes públicos, entidades de classe, dentre outros.
- ✓ Discussão das técnicas e estratégias de comunicação social adotadas para a mobilização do público-alvo.
- ✓ Apresentação de todos os materiais informativos (cartazes, faixas, convites) produzidos e utilizados na fase de divulgação e durante a realização do evento, e quando cabível, com registro fotográfico.
- ✓ Descrição das abordagens metodológicas adotadas durante o evento para sensibilização e participação da população, e justificativa do seu emprego.
- ✓ Relato das atividades desenvolvidas, incluindo registro fotográfico e lista de presença assinada.
- ✓ Descrição e análise das percepções manifestadas pelos participantes durante o desenvolvimento das atividades.
- ✓ Descrição das dificuldades (técnicas, logísticas, de mobilização,





dentre outras) encontradas e sugestões para sua superação nas próximas etapas.

a) Oficina de apresentação do Plano de Trabalho para a comunidade

Após a finalização do Plano de Trabalho (descrito no Item 5.3 deste TDR) a CONTRATADA deverá organizar, **no mínimo, 1 (uma) oficina** aberta para a comunidade, **em cada uma das UCs**, em locais acordados conjuntamente com a respectiva **equipe de acompanhamento**, com o objetivo de informa-la sobre o início da elaboração do Plano de Manejo e identificar a percepção da população sobre a UC, por meio da análise FOFA – fortalezas, oportunidades, fragilidades e ameaças. Preferencialmente, esta oficina deverá ser realizada previamente ao início dos levantamentos de campo.

Neste momento também deverá haver um nivelamento de conceitos e conhecimentos das partes envolvidas em relação aos objetivos do Plano de Manejo, do Programa de Gestão Ambiental do Município e do zoneamento previamente elaborado para as respectivas APAs Municipais.

Para a participação nas oficinas a CONTRATADA deverá envolver a gerência da APA, a Prefeitura Municipal, técnicos do IEF, o Conselho Consultivo do Parque e deverá mobilizar representantes das comunidades do entorno, empresas, Universidades, EMATER, IPHAN e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), dentre outros. Com o envolvimento e participação desses segmentos a CONTRATADA poderá obter um retrato da situação socioeconômica e do quadro de interesses locais.

b) Oficina de apresentação do Diagnóstico e elaboração do pré-zoneamento com a comunidade

Após a finalização do Diagnóstico (descrito no Item 6 deste TDR) a CONTRATADA deverá organizar, **no mínimo, 1 (uma) oficina** aberta para a comunidade, **em cada uma das UCs**, em locais acordados conjuntamente com as respectivas **equipes de acompanhamento**, para apresentação dos resultados do Diagnóstico. A





CONTRATADA também deverá promover uma dinâmica, para que, de forma participativa, seja realizado o mapeamento da unidade, a definição e a normatização do uso do território onde então serão identificadas e definidas as zonas. A proposta de pré-zoneamento das respectivas UCs deverá ser consolidada pela CONTRATADA e apresentada na Oficina de Planejamento, descrita a seguir.

c) Oficina de Planejamento Estratégico com a comunidade

A CONTRATADA deverá organizar, **no mínimo, 1 (uma) oficina** aberta para a comunidade, **em cada uma das UCs**, em local acordado conjuntamente com as respectivas **equipes de acompanhamento**, a fim de angariar contribuições e apoio para o Planejamento Estratégico do Parque das Andorinhas, incluindo os princípios essenciais (missão, visão de futuro e valores) e os programas a serem desenvolvidos. Nesta oficina a CONTRATADA também deverá apresentar a proposta de zoneamento para contribuições finais e consolidação.

d) Seminário para apresentação dos Planos de Manejo finalizados para a comunidade

Após a finalização dos trabalhos a CONTRATADA deverá organizar, no mínimo, 1 (um) seminário aberto para a comunidade, a fim de apresentar os resultados consolidados dos respectivos Planos de Manejo e entregar para as Prefeituras de Várzea da Palma e Lassance o Resumo Executivo.

Para otimização dos trabalhos, poderá ser realizado apenas **um Seminário para apresentação dos Planos de Manejo finalizados** com os dois municípios envolvidos, simultaneamente, desde que seja possível conciliar as agendas dos integrantes das equipes de acompanhamento e em local a ser previamente estabelecido em comum acordo entre as partes.

5.3 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho deverá conter no mínimo os seguintes elementos:

- ✓ Introdução e Contextualização (abordando a estrutura do CBH Rio das Velhas e da Agência Peixe Vivo; o mecanismo da cobrança





como fonte de financiamento desse projeto; breve caracterização das APAs Municipais Serra do Cabral, destacando a sua importância no contexto regional e a sua relação com as demais Unidades de Conservação do entorno).

- ✓ Justificativa dos serviços a serem executados;
- ✓ Metodologias a serem utilizadas em todas as etapas do diagnóstico, zoneamento e planejamento estratégico do Plano de Manejo;
- ✓ Quantificação dos serviços a serem executados;
- ✓ Definição das responsabilidades de todos os agentes envolvidos no processo;
- ✓ Composição de equipe técnica com cronograma de atividades, incluindo data e período de permanência em campo de cada membro, em cada fase dos trabalhos;
- ✓ Fluxogramas contendo fatores dificultadores e facilitadores, nas respectivas etapas dos trabalhos;
- ✓ Cronograma de execução (incluindo datas preliminares para realização das oficinas, reuniões, seminários, trabalhos de campo, apresentação de relatórios e produtos finais, etc.).
- ✓ Referências.

6 DIAGNÓSTICO

A CONTRATADA deverá efetuar o diagnóstico da situação atual da Área de Proteção Ambiental Serra do Cabral dos municípios de Lassance e Várzea da Palma sempre com vista às implicações para seu gerenciamento, destacando-se pressões, ameaças e oportunidades.

Deverá ser realizar pesquisa bibliográfica sobre as APAs, bem como da região onde as mesmas estão inseridas, compilando cópias de todos os





documentos, tais como leis e decretos, planos anteriores, estudos e pesquisas, censos demográficos, mapas, dentre outros, que sejam de utilidade para o planejamento da unidade. Ao final dos trabalhos a contratada deverá apresentar e disponibilizar, em meio digital, o compilado dessas informações, que irá compor o acervo de informações das APAs.

Todos os temas cuja compreensão se revelar essencial para o manejo eficaz das APAs deverão receber tratamento adequado e detalhado, mesmo que seu aprofundamento não tenha sido especificado nesta seção.

As análises deverão ser compostas por textos elaborados em linguagem acessível, sem perder o caráter técnico dos documentos, evitando-se o uso de jargões muito específicos que possam dificultar o entendimento do texto por profissionais de outras áreas de atuação. Sempre que necessário ou conveniente, o texto deve vir acompanhado de figuras, gráficos ou diagramas, baseando-se nos levantamentos de informações e análises realizadas, a fim de facilitar o entendimento almejado.

Para o diagnóstico, devem ser aproveitados os dados secundários atualizados, a serem complementados com dados primários, quando necessário. Todas as informações levantadas em campo devem ser sempre sistematizadas em forma de tabelas e georreferenciadas.

Ressalta-se que, ao longo de todo o prazo de execução do contrato, as despesas relativas ao transporte, à hospedagem e à alimentação da equipe de trabalho correrão por conta da CONTRATADA.

Para cada UC contemplada no âmbito deste Contrato (APA Serra do Cabral – Lassance/MG e APA Serra do Cabral – Várzea da Palma/MG) deverá ser elaborado um DIAGNÓSTICO específico, apresentado em relatórios distintos.

6.1 Diagnóstico socioeconômico

O diagnóstico socioeconômico deverá apresentar o cenário





socioeconômico da região onde a Unidade de Conservação esta inserida. Este deverá contribuir para o estabelecimento de diretrizes que serão desenvolvidas no âmbito do Plano de Manejo a fim de viabilizar a conservação e preservação do meio ambiente e possibilitar a sustentabilidade socioambiental do entorno da Unidade através de ações integradas ao Plano Diretor e as políticas públicas do município em questão.

Sugere-se a consulta de fontes de informações atualizadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Fundação João Pinheiro - FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, dentre outras fontes oficiais disponíveis.

Os seguintes tópicos deverão ser abordados:

6.1.1 Situação socioeconômica

- ✓ Levantar e descrever o histórico de ocupação da região onde se encontra a APA;
- ✓ Levantar informações sobre a economia, demografia e estrutura social do município no qual está inserida a APA: população, saúde, educação, saneamento, atividade econômica, renda per capita e bruta, patrimônio público e privado, segurança pública, mercado de trabalho formal e informal, relação com meio ambiente (ICMS ecológico, por exemplo) e investimentos municipais, estaduais e federais;
- ✓ Identificar os impactos dos indicadores sociais na dinâmica social do município onde está inserida a APA: expectativa de vida, taxa de mortalidade adulto e infantil, analfabetismo, migração/fluxo de transição das populações, padrões de renda, saúde, alimentação, condições médico-sanitário (saúde, saneamento básico, contaminação da rede hidrográfica, manejo de resíduos sólidos), qualidade de vida, e acesso ao consumo;
- ✓ Analisar os planos diretores, planos de saneamento, leis de uso e





ocupação do solo e as demais políticas públicas (educação, saúde, meio ambiente, assistência social, econômica entre outras) do município abrangido pela APA;

- ✓ Identificar os grupos humanos de interesse, ou seja, aqueles que têm interface direta e/ou indireta com a APA em estudo, qualificando-os em função dos seus interesses próprios, a fim de identificar alianças ou conflitos, impactos, riscos e benefícios associados à implementação de ações de manejo na UC;
- ✓ Identificar as comunidades remanescentes de quilombos, sua região de ocupação, características socioculturais, estágio do processo de reconhecimento e titulação das terras bem como legislação aplicada ao seu território atualmente e posteriormente à titulação final de suas terras, se existentes;
- ✓ Identificar e caracterizar as atividades econômicas (pecuárias, agrícolas, florestais, industriais, exploração mineraria entre outras) e suas interferências na APA, incluindo as atividades em processo de licenciamento ambiental, tendências de desenvolvimento e crescimento, conflitos e ameaças socioambientais na UC;
- ✓ Identificar e caracterizar as atividades econômicas sustentáveis ou com melhores perspectivas socioambientais (agroecologia, artesanato, ecoturismo, piscicultura, produtos de sociobiodiversidade, etc.) atuais, que contribuam para a conservação dos recursos naturais na APA;
- ✓ Identificar programas e projetos de sustentabilidade socioambiental existentes;
- ✓ Identificar, caracterizar e mapear as zonas urbanas, distritos e localidades rurais existentes na área da APA;
- ✓ Identificar tendências de crescimento urbano na APA, inclusive quando houver especulação imobiliária, considerando planos diretores municipais, seu zoneamento e onde há zonas de amortecimento de UCs de





Proteção Integral sobrepondo-se ao território da APA;

- ✓ Verificar a existência de impasses legais associados aos usos e ocupação do solo, ou atividades econômicas, descrevendo os conflitos existentes e os instrumentos legais que tratam do assunto;
- ✓ Identificar e levantar as atividades que tenham como prática o uso de fogo.

6.1.2 Infraestrutura

- ✓ Mapear os acessos principais e secundários à área da APA, no município em que ela se insere;
- ✓ Realizar levantamento de estruturas e equipamentos que tenham potencial importância no apoio à gestão da UC;
- ✓ Levantar infraestruturas existentes relacionadas aos incêndios florestais.

6.1.3 Aspectos culturais e históricos

- ✓ Levantar atributos culturais e históricos, materiais e imateriais, associados à APA, incluindo valores folclóricos locais (origem do nome, credices, memórias informações orais, lendas, rituais entre outros);
- ✓ Mapear os sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, descrevendo o grau de preservação e possíveis fatores ameaçadores (processos erosivos, incêndios, vandalismos, etc.);
- ✓ Levantar datas das festividades tradicionais das comunidades inseridas na área da APA;
- ✓ Caracterizar o histórico de extrativismo ou exploração mineraria na região da APA.

6.1.4 Educação ambiental e interpretação ambiental





- ✓ Identificar, caracterizar e mapear atividades de educação e interpretação ambiental, desenvolvidas ou em desenvolvimento e suas interferências na UC e na região.

6.1.5 Diagnóstico de uso público

- ✓ Identificar e caracterizar os atrativos turísticos existentes na APA, sejam eles naturais (local de banho, cachoeira, lagoa, cavidade, etc.) ou culturais (mirante, igreja, etc.), com procura atual ou potencial, descrevendo os acessos, como eles são utilizados, impactos ambientais, infraestrutura disponível, equipamentos e serviços turísticos existentes, com estimativas do espaço disponível aos visitantes em cada sítio;
- ✓ Verificar se há épocas mais ou menos propícias para visitação dos atrativos, bem como fenômenos naturais que devem ser observados nas visitas, como trombas d'água, por exemplo;
- ✓ Identificar a demanda turística e segmentos associados à APA;
- ✓ Descrever os procedimentos de visitação já adotados na APA para a gestão do uso público;
- ✓ Identificar os conflitos existentes na APA que prejudicam o uso público, com uma abordagem quanto a seu impacto sobre o setor;

6.2 Diagnóstico institucional e gerencial

6.2.1 Histórico do parque

- ✓ Elaborar a sinopse histórica da região onde a UC se insere, tendo como referência o contexto da bacia hidrográfica do Rio das Velhas e a relação/articulação com outras UCs próximas.





6.2.2 Políticas públicas

- ✓ Realizar análise das políticas públicas com potenciais interferências positivas e negativas no planejamento da APA, incluindo políticas de desenvolvimento regional, de mobilização social, de influência das ONGs/OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) locais, de fomento à agropecuária e outras formas de uso do solo, de implantação de infraestrutura, de saúde e educação pública, e quaisquer outras que possam afetar o uso e conservação da APA e de seus recursos naturais.

6.2.3 Recursos humanos

- ✓ Realizar um levantamento dos recursos humanos disponíveis para apoiar a gestão da UC, quantificando e classificando de acordo com seus conhecimentos, habilidades e competências os recursos humanos existentes no órgão gestor e seus parceiros institucionais e identificando também o potencial dos profissionais residentes no entorno;
- ✓ Realizar o levantamento do perfil dos recursos humanos envolvidos na gestão e avaliar se são adequados à sua função e aos objetivos da UC, para caracterização da equipe ideal;
- ✓ Quantificar os veículos existentes (carros, motos, dentre outros) para atendimento das demandas da UC e se são suficientes ou não;
- ✓ Analisar os procedimentos operacionais e de tomada de decisão na gestão da APA, demonstrando o atual fluxo de expedientes administrativos (receitas, despesas, orçamento anual, entre outros), identificando falhas, entraves, procedimentos para a tramitação de processos e implementação de atividades de gestão.

6.2.4 Caracterização de incêndios florestais

- ✓ Identificar e caracterizar a ocorrência de incêndios na APAEAV,





com base no histórico das ocorrências de incêndios;

- ✓ Caracterizar áreas e épocas mais propícias a incêndios;
- ✓ Apontar as principais causas/consequências dos incêndios na UC;
- ✓ Identificar as atividades realizadas no entorno e no interior da UC que fazem uso do fogo;
- ✓ Identificar as formas de mobilização e envolvimento da comunidade nos processos e ações de prevenção e combate aos incêndios na UC;
- ✓ Identificar a existência de recursos humanos e estruturais que atuam na prevenção e combate a incêndios.

6.2.5 Serviços de Utilidade Pública, Relevante Interesse Social e Serviços Ambientais

- ✓ Identificar e caracterizar os serviços de utilidade pública, relevante interesse social e serviços ambientais prestados pela UC: rede de energia, captação de água e torres de antenas, em relação a;
 - empresas beneficiadas;
 - localização (com mapa);
 - tipo de uso (comercial ou não);
 - impactos ambientais causados;
 - quantidade (ex: vazão de captação de água);
 - possibilidade de manter o uso consolidado;
 - indicação de possibilidade de novas estruturas a ser implantadas, em caso de futuras solicitações.
- ✓ Identificar e caracterizar o potencial da APAEAV para a prestação de outros serviços similares.





6.3 Diagnóstico do meio abiótico

O diagnóstico do meio abiótico deverá contemplar as caracterizações: climatológica, geológica, geomorfológica, pedológica e hidrológica da UC e do município onde está inserida.

6.3.1 Análise climatológica

- ✓ Descrever a classificação climática e caracterização climatológica da UC e região, incluindo os registros históricos e a frequência de eventos caracterizados como catastróficos de origem natural, capazes de prejudicar a estabilidade ambiental;
- ✓ Analisar a interface do clima (relação de elementos como direção dos ventos, temperatura, umidade, precipitação etc.) com a questão de incêndios;
- ✓ Identificar e analisar a interface do clima com as características físicas (altitude, tipos de solo, vegetação, dentre outros) da UC e região;
- ✓ Identificar fenômenos meteorológicos que possam causar danos à UC, tais como secas prolongadas, enchentes, cabeça d'água e outros.

Obs: Caso não haja dados climatológicos no município da UC, elaborar uma interpolação dos dados dos municípios mais próximos à UC.

6.3.2 Análise geológica

- ✓ Caracterizar, em linhas gerais e com linguagem acessível para profissionais de outras áreas de atuação, as diferentes formações geológicas existentes no território da UC;
- ✓ Caracterizar e mapear os recursos minerais de interesse para exploração na APA, indicando os tipos de terreno potenciais para tais práticas;
- ✓ Identificar, caracterizar e mapear as licenças ou outorgas de





exploração mineral existentes na APA;

- ✓ Identificar, caracterizar e mapear os locais e tipos de terreno dentro da APA onde ocorre extração mineral, classificando-os pelo porte do empreendimento ou atividade;
- ✓ Analisar as práticas minerárias identificadas na APA sob o aspecto da legislação, identificando conflitos que possam existir, sempre mencionando os instrumentos legais incidentes;
- ✓ Mapear na APA os atributos espeleológicos e cársticos (feições endocársticas e exocársticas) com base em informação obtida por meio de entrevistas realizadas localmente.

6.3.3 Análise geomorfológica

- ✓ Efetuar mapeamento geomorfológico de toda região da UC. Devem-se utilizar dados secundários e informações oficiais de fontes como CETEC e Projeto RADAM. Os trabalhos de campo devem ser realizados para confirmação de dados secundários e breve caracterização da paisagem;
- ✓ Realizar mapeamento das diferentes classes de fragilidade ambiental existentes na APA, em função da geomorfologia e solos, e de áreas a serem protegidas;
- ✓ Associar as formas de relevo existentes na UC à geologia, solos e formas de vegetação;
- ✓ Avaliar aspectos de sedimentologia (grau de assoreamento dos cursos d'água, grau de encaixamento da drenagem, quantidade de sedimentos fornecidos).

6.3.4 Análise pedológica

- ✓ Caracterizar e mapear os tipos de solo existentes na UC, com base em revisão de literatura e contatos com técnicos locais (EMATER, professores,





por exemplo), efetuando correlações com as unidades de paisagem, abordando a aptidão dos diferentes solos existentes, suas limitações, e suscetibilidades;

- ✓ Identificar e mapear focos e tipos de erosão na área da UC;
- ✓ Avaliar o grau de erodibilidade do solo na área da UC.

6.3.5 Análise hidrológica

- ✓ Identificar os principais rios que correm na área da UC, descrevendo seu regime hídrico;
- ✓ Caracterizar os usos múltiplos dos principais recursos hídricos da APA, em termos de benefícios locais e regionais, como por exemplo, abastecimento humano, irrigação, recreação, etc.;
- ✓ Identificar e analisar as outorgas e os cadastros de uso insignificante na área da UC, com base em dados de órgãos oficiais como o IGAM;
- ✓ Identificar e caracterizar a ocorrência e tipos de possíveis pressões (contaminação, conflitos de uso, uso do solo, dentre outros) exercidas sobre os corpos d'água identificados, causas ou agentes causadores, correlacionando tais situações com os riscos ou problemas que ocasionam, como redução da oferta de água, depreciação da qualidade da água, entre outros;
- ✓ Caracterizar a qualidade dos recursos hídricos da APA a partir de dados de órgãos oficiais como ANA e/ou IGAM;
- ✓ Analisar, do ponto de vista da legislação, os conflitos associados aos recursos hídricos eventualmente identificados na APA, capazes de prejudicar a qualidade ou disponibilidade de água, contrapondo-os com os instrumentos legais concernentes;
- ✓ Identificar os atores ou programas associados aos recursos





hídricos (comitês de bacia, políticas públicas, etc.) e as atribuições ou finalidades de cada um.

6.4 Diagnóstico do meio biótico

O diagnóstico do meio biótico deverá ser baseado em informações secundárias atualizadas e primárias. Preferencialmente, os levantamentos de campo para realização desta etapa deverão considerar, no mínimo, dois meses de atividade biológica ativa, um período seco e um período chuvoso. Destaca-se que o maior interesse aqui é que seja definida a importância das ocorrências ou ausências de espécies, populações ou comunidades, seguidos de análises que subsidiem claramente o planejamento de estratégias e de ações de proteção ambiental. Portanto, não bastarão citações de longas listas de espécies. Deve haver procedimento de análise da significância, ou seja, esclarecendo ou traduzindo o significado daquele elemento e sua função ambiental.

Além do conhecimento da presença ou ausência de determinado organismo, é muito importante saber o que se deve fazer com a presença/ausência daquele elemento ou grupos no local, para a melhoria ambiental geral ou para a manutenção da estabilidade local. Dessa forma, deve-se estabelecer a análise da função que o elemento possui para a conservação do patrimônio ambiental local.

As informações taxonômicas e de registro de espécies da fauna e flora encontradas no parque devem seguir o padrão apresentado no Anexo III.

O levantamento de informações sobre o sistema biótico da UC deve basear-se na metodologia de **Avaliação Ecológica Rápida - AER**, conforme detalhado no Manual para Avaliação Ecológica Rápida da *The Nature Conservancy*.

O diagnóstico do meio biótico também deve recomendar medidas de manejo de espécies individuais para espécies indicadoras, espécies invasoras, espécies-chave e espécies ameaçadas de extinção.





6.4.1 Flora

- ✓ Caracterizar a cobertura vegetal em função da geomorfologia, clima e demais fatores naturais que podem condicionar variações na vegetação;
- ✓ Analisar as fitofisionomias e fitossociologias existentes, gradientes altitudinais, fases sucessionais, status de conservação (integridade) e diversidade de habitats;
- ✓ Com base em dados primários e revisão de literatura englobando resultados de pesquisas sobre flora e vegetação, já realizadas ou em andamento na APA Serra do Cabral, elaborar uma lista de espécies com ocorrência comprovada na APA, constando: nome popular; nome científico; tipo(s) de ambiente(s) de ocorrência; distribuição ou status - ameaçada em nível nacional, estadual, endêmica, rara;
- ✓ Identificar, junto a moradores locais, técnicos e pesquisadores, as principais plantas coletadas ou extraídas na APA Serra do Cabral, descrevendo-se a finalidade (comercial, consumo próprio), o nome científico das espécies, nome popular, ambiente de ocorrência natural, época do ano em que é colhida, uso/aplicação, preço de comercialização obtido pelo coletor, manejo (com fogo, por exemplo) e impactos ambientais da atividade;
- ✓ Caracterizar experiências práticas de cultivo de plantas nativas de interesse extrativista nos municípios da APA e adjacências, técnicas adotadas, resultados obtidos, vantagens das iniciativas e dificuldades;
- ✓ Identificar e caracterizar as pressões e ameaças incidentes sobre a flora e vegetação na APA, avaliando causas, motivações e agentes causadores associados aos diferentes tipos de ambiente e de terreno, caracterizando os impactos reais ocasionados e os potenciais, quer sobre a ecologia das populações e comunidades, quer sobre a função ambiental exercida pela vegetação, explorando tendências com relação a um possível





agravamento ou minimização;

- ✓ Caracterizar os diferentes tipos de áreas degradadas existentes na APA, em função das diferentes práticas ou atividades causadoras, correlacionando com os usos do solo ocorrentes na APA, atualmente e no passado, identificando as tipologias vegetacionais afetadas, bem como as variações nas condições locais que podem direcionar ou exigir diferentes técnicas para sua recuperação ou reabilitação ambientais, as quais serão abordadas no volume de Planejamento Estratégico;
- ✓ Identificar, com base em metodologia apropriada descrita na literatura científica, áreas prioritárias hídricas para conservação e restauração, que irão subsidiar as análises do Planejamento Estratégico e zoneamento;
- ✓ Identificar as espécies vegetais exóticas invasoras com populações situadas em áreas silvestres ou degradadas no interior da APA, com potencial para causar impactos ambientais sobre populações ou comunidades naturais, avaliando as preferências das invasoras em termos de condições ambientais, indicando locais de ocorrência preocupante, estimando-se seu impacto sobre a conservação da biodiversidade;
- ✓ Avaliar a situação da região da APA quanto ao processo de fragmentação de habitats, buscando identificar áreas silvestres ou corredores ecológicos capazes de manter conectividade ecológica entre UCs adjacentes e/ou outras áreas naturais relevantes que possam ser identificadas na região;
- ✓ Analisar, do ponto de vista da legislação, as ameaças e situações indesejáveis identificadas em relação à flora, descrevendo os conflitos legais.

6.4.2 Fauna

- ✓ Caracterizar a fauna da APA Serra do Cabral nos grupos ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna, com ênfase nas espécies ou





populações de interesse no contexto da APA para fins econômicos, conservacionistas e outros que possam existir. A caracterização de fauna na APA deve abordar a relação das espécies com os ambientes existentes na UC, utilizando dados de pesquisas já realizadas ou em andamento na UC e na região como um todo e, se for o caso, colhendo informações junto a moradores locais por meio de entrevistas;

- ✓ Com base em dados primários e revisão de literatura, elaborar uma lista de espécies de ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna com ocorrência na UC, constando: nome popular; nome científico; preferências de ambiente; distribuição ou status - ameaçada em nível nacional, estadual, endêmica, rara; interesse de uso (se é visada para caça, pesca, captura, apanha, tráfico, etc.);
- ✓ Identificar e caracterizar as pressões e ameaças existentes sobre as populações da fauna silvestre na APA, com uma avaliação de tendências para possível agravamento ou minimização, se for o caso. Quando houver, destacar nesta análise as espécies novas, bioindicadoras, raras, migratórias, endêmicas, “bandeira e/ou guarda chuva”, ameaçadas de extinção, e as que sejam objeto de captura, caça, apanha ou perseguição;
- ✓ Identificar e mapear áreas naturais de destacada relevância para grupos faunísticos, tendo em vista sua reprodução, nidificação, forrageamento, pouso, dentre outros;
- ✓ Analisar, sob o aspecto da legislação, as ameaças e situações indesejáveis identificadas em relação à fauna silvestre, descrevendo os impasses legais existentes.

6.5 Declaração de Significância da Unidade de Conservação

O plano de manejo deve contar com uma declaração de significância da APA, a ser apresentada no final do encarte de diagnóstico. Trata-se de texto no qual devem ser abordados os valores associados à UC, ecológicos, ambientais, sociais,





econômicos, culturais, outros que possam existir, que expressem o significado da UC para a sociedade.

6.6 Mapas

Juntamente com o Diagnóstico, a contratada deverá apresentar uma série de mapas georreferenciados e atualizados, em escala apropriada para sua perfeita compreensão e consoante com o detalhamento que se fizer necessário.

Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital em formato para ARCVIEW (formato shape-file para dados vetoriais e Geo-TIFF para imagens) e Google Earth (formato kml e/ou kmz). A contratada também deverá disponibilizar as imagens de satélite utilizadas.

Os limites da unidade de conservação a ser considerados são aqueles constantes nos memoriais descritivos estabelecidos pelos decretos de criação da Unidade.

Deverão ser fornecidas informações detalhadas, em papel e em meio digital, de todos os dados: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, e outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada (UTM) e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

Os arquivos disponibilizados em meio digital deverão vir organizados com os arquivos nomeados de acordo com as informações contidas e separados em pastas de acordo com cada mapa produzido.

Para o levantamento das informações e dados deverão ser utilizados todos os insumos disponíveis, incluindo mapas existentes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Radar na Amazônia (RADAMBRASIL), Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM) / GEO SISEMANET, Zoneamento Ecológico Econômico





(ZEE – MG), Inventário Florestal de MG e Áreas Prioritárias para a Conservação – Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Biodiversitas, SIG - Rio das Velhas, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), imagens de satélite recentes, fotografias aéreas e outros.

A escala de trabalho utilizada deverá ser compatível com a perfeita compreensão dos dados, permitindo a identificação e mapeamento de todos os conjuntos recorrentes distintos na UC, naturais ou de origem antrópica, cuja área contígua seja relevante no contexto, incluindo referências aos fragmentos notáveis e importantes para preservação e manejo. O mapeamento deverá proceder de forma integrada com o levantamento de informações em campo, de acordo com os procedimentos abaixo:

- ✓ Compilar imagens de satélite em meio digital e mapas de topografia, hidrografia, geologia, pedologia, climatologia, cobertura vegetal, batimetria (onde aplicável), uso atual do solo, limites do Parque, etc., em escala adequada.
- ✓ Digitalizar os mapas e criação de base de mapas temáticos em Sistema de Informações Geográficas (SIG), gerando uma base cartográfica de dados em meio digital.
- ✓ Realizar a classificação inicial não supervisionada (ou seja, ainda sem dados de campo) das potenciais comunidades naturais do Parque, com base na análise integrada dos mapas temáticos em SIG. Dessa forma serão determinadas as unidades de análise do trabalho, com base na superposição do mapa de distribuição das comunidades naturais postuladas com os mapas de topografia, solos, hidrologia, etc. Cada unidade de análise representa uma área contígua do Parque que apresenta fisionomia florestal e parâmetros físicos homogêneos – ou seja, uma provável comunidade natural específica e distinta das demais.
- ✓ Checar em campo a classificação inicial, conforme metodologia de Avaliação Ecológica Rápida, acima citada, com amostragens em cada classe de comunidade natural potencial identificada no SIG.





- ✓ Realizar a classificação supervisionada (ou seja, com base em dados de campo) das comunidades naturais do Parque, ajustando a base de dados em SIG e inserindo na mesma, os dados de campo referentes às características, espécies indicadoras, fragilidade, resiliência, solos, susceptibilidade a erosão e queimadas, impacto antrópico, etc., de cada comunidade natural confirmadas em campo. Inserir no SIG do Parque todas as informações georeferenciadas adicionais provenientes dos levantamentos em campo, tais como localização de infra-estrutura, terras de domínio público, comunidades humanas, focos de ameaças, localização de posseiros no interior da unidade, levantamento do entorno, etc.
- ✓ Finalizar a base de dados em SIG e a produção e impressão de mapas do Parque na escala aprovada pela equipe de acompanhamento, que serão utilizados para embasar o processo de planejamento.

Os mapas a serem confeccionados pela CONTRATADA são, no mínimo:

- ✓ Limites da APA Serra do Cabral e limites de UCs próximas;
- ✓ Infraestrutura existente e a ser implantada na APA (estradas, linhas de transmissão, mineração, equipamentos urbanos, dentre outros);
- ✓ Atrativos e infraestrutura turística, com potencial de uso público e educação ambiental, identificando tipo de atrativo, acessos e serviços disponíveis;
- ✓ Áreas mais susceptíveis a incêndios, com ocorrências históricas de focos de calor; considerando a vegetação predominante, declividade, ventos dominantes, ocupação humana com potencial de causar incêndios e outros critérios que se mostrarem pertinentes;
- ✓ Uso e ocupação do solo na UC e entorno (agrícola, pecuária, florestal, industrial, pesqueiro, urbano, turístico, dentre outros) representando os limites de zonas de amortecimento de UCs do entorno que se sobrepõe à APA Serra





do Cabral;

- ✓ Riscos na UC e entorno (erosão, deslizamento, inundação e outros);
- ✓ Impactos Ambientais (erosões, depósito de lixo, invasão de espécies exóticas, turismo, entre outros);
- ✓ Geomorfologia (curvas de nível com equidistância apropriada de forma a subsidiar o manejo da unidade, pontos cotados, altimetria, formas de relevo, e dinâmica geomorfológica baseando-se nos dados Geominas e/ou do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas);
- ✓ Espeleologia com o mapeamento das cavidades, se existentes;
- ✓ Solos (caracterização física a partir de dados secundários - textura, estrutura, densidade, permeabilidade, profundidade, porosidade, capacidade de saturação, fragilidade);
- ✓ Hidrografia (cursos d' água, nascentes, lagos, lagoas, fontes hidrominerais, banhados, delimitação de bacias e sub-bacias, perene/intermitente, áreas com potencial uso recreativo/esportivo);
- ✓ Fitofisionomias identificadas e seu estado de conservação;
- ✓ Comunidades naturais (flora e fauna);
- ✓ Ocorrência de espécies da fauna e flora ameaçadas, endêmicas ou invasoras, com identificação de pressões internas e externas.

7 ZONEAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O zoneamento de cada uma das APAs será elaborado a partir de análise integrada das informações provenientes do diagnóstico (análise multicritério), incorporando propostas resultantes da "Oficina de apresentação do diagnóstico e pré-zoneamento e da "Oficina de Planejamento Estratégico" (descritas no item





5.2.4).

O zoneamento da UC será elaborado com a definição, descrição e delimitação de cada compartimento das APA, ou zona, seus objetivos gerais e específicos, bem como suas normas de uso, compatíveis com as atividades permitidas, restrições e recomendações.

Os tipos de zonas possíveis de existir na APA deverão ser delineados ao longo do próprio processo de planejamento, na medida em que for definido o cenário de cada compartimento da UC e aproveitando experiências existentes em outras APAs que já contam com plano de manejo aprovado por órgão ambiental competente. Assim, deverá ser desenvolvido e adotado um sistema próprio de critérios técnico-legais para se definir o zoneamento da APA.

Para cada UC contemplada no âmbito deste Contrato (APA Serra do Cabral – Lassance/MG e APA Serra do Cabral – Várzea da Palma/MG) deverá ser elaborado um ZONEAMENTO específico, apresentado em relatórios distintos.

Nesta etapa e com base no levantamento realizado na etapa de Diagnóstico, a empresa CONTRATADA também deverá avaliar a necessidade de alteração nos limites das respectivas UCs, ou propor a criação de uma nova categoria de UC, conforme a sua relevância ambiental, o que deverá ser devidamente justificado.

8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Após a conclusão da fase de Diagnóstico será efetuado o Planejamento Estratégico para a gestão das UCs. O processo de planejamento deverá ser organizado e efetuado em conjunto com as respectivas **equipes de acompanhamento**.

Deverá ser realizada a análise e o planejamento ecológico das UCs embasando-se no Diagnóstico realizado, levando em consideração as ameaças e potencialidades identificadas e apontando para ações práticas que venham a garantir o uso sustentável da Unidade a curto, médio e longo prazos.

Para cada UC contemplada no âmbito deste Contrato (APA Serra do





Cabral – Lassance/MG e APA Serra do Cabral – Várzea da Palma/MG) deverá ser elaborado um PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO específico, apresentado em relatórios distintos.

Os produtos deste processo de planejamento constituem os planos estratégicos da UC, que devem se basear nas seguintes premissas:

Missão: identifica a razão de ser da unidade e se expressa em:

- ✓ que necessidades atende;
- ✓ quais grupos de pessoas/interesses;
- ✓ quais competências básicas.

Visão de futuro: define onde e como a UC deverá ser gerida no futuro e estabelece:

- ✓ nível de desempenho;
- ✓ amplitude de grupos de pessoas atendidas e de produtos/serviços oferecidos;
- ✓ resultados de conservação/econômicos que se quer obter no horizonte temporal, para o cumprimento de sua missão;
- ✓ conjunto de objetivos e indicadores que permitam avaliar o alcance das medidas propostas.

Políticas: guias (tem um caráter de permanência) para a tomada de decisões sobre aspectos importantes ou controversos da unidade.

Objetivos: estabelecidos nos horizontes de curto, médio e longo prazos. A definição dos objetivos deverá ser coerente com a categoria de manejo do tipo Área de Proteção Ambiental.

O componente de planejamento estratégico do plano de manejo é estruturado em programas e respectivos subprogramas, descritos a seguir, os quais devem indicar ou detalhar projetos e protocolos de execução local, em curto (1 a 2 anos) e médio (2 a 5 anos) prazos, capazes de, no conjunto, levar à





implementação progressiva da APA em longo prazo (5 a 10 anos).

Cada Programa deve incluir as respectivas atividades, responsáveis, resultados esperados, metas, possíveis parcerias, indicadores de acompanhamento, orçamento, fontes de recurso (do próprio município e parceiros) e considerando os horizontes de planejamento no curto, médio e longo prazos.

Ressalta-se que, ao longo do processo, pode ser verificada a necessidade de idealização de um subprograma específico que não estava previsto neste Termo de Referência. Depois que for realizada a Oficina de Planejamento, os projetos, protocolos e ações para a gestão e manejo da APA devem ser detalhados pela contratada, com a anuência da **equipe de acompanhamento**, a fim de garantir que sejam delineadas propostas de execução local.

Os projetos, ações, protocolos e outras propostas abordadas nos diversos subprogramas do plano de manejo deverão ser idealizados para serem de execução local, preferencialmente com recursos financeiros de fontes variadas, possíveis de serem captadas e executadas no contexto da APA, considerando as possibilidades institucionais. Assim, a(s) fonte(s) e montante de recursos para cada proposta do plano, assim como sugestões de execução e parcerias, são aspectos fundamentais a serem considerados na concepção do conteúdo dos diversos subprogramas.

Os projetos, ações, protocolos e outras propostas abordadas nos diversos subprogramas do plano de manejo deverão primar também pela interface com as ações porventura realizadas no âmbito de outras UCs do entorno, independente de sua esfera de gestão, avançando para a gestão integrada destas Unidades de Conservação.

Minimamente, a contratada deverá confeccionar os seguintes programas:

8.1 Programa de Proteção e Manejo

8.1.1 Subprograma de Proteção dos Recursos Naturais

Este subprograma deverá detalhar projetos e protocolos para minimizar as





ameaças e conflitos identificados na Análise Ambiental, com relação aos recursos minerais, cavidades, recursos hídricos, flora, fauna, fogo, entre outros que podem ser identificados no diagnóstico. Assim, são ações, protocolos ou projetos para superar, reverter, evitar, minimizar ou controlar essas situações, por meio de ações de gestão, nivelamento e divulgação de informações e leis ambientais, fiscalização, e outras ações de controle e proteção ambientais, que possam ser realizadas no contexto da APA.

Também deverão ser definidas normas específicas para o uso e ocupação do entorno da UC, de forma a prevenir impactos sobre seu ecossistema ou degradação de seu potencial, em conformidade com a Lei Nº 9.985/2000, Art. 25 § 1º e demais instrumentos legais, para a emissão de documentos autorizativos em ações de regularização ambiental.

8.1.2 Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais

Este subprograma deverá detalhar projetos e protocolos para o manejo de comunidades naturais, espécies e recursos naturais considerados prioritários para fins de manejo.

Deverão ser definidas atividades de recuperação de áreas degradadas e de controle de espécies invasoras, recuperação de espécies-chave ou ameaçadas de extinção e conservação de espécies endêmicas.

Por exemplo, caso o diagnóstico identifique áreas degradadas onde serão necessárias intervenções para propiciar a sucessão natural, neste subprograma deverão ser identificados e descritos tais locais ou setores, as técnicas e metodologias a serem utilizados, cronogramas de execução, vantagens e desvantagens, avaliando-se sua viabilidade de implantação no contexto da APA.

No caso de plantas exóticas invasoras que representem ameaça ao equilíbrio ecológico de comunidades naturais, o subprograma deverá conter propostas ou medidas de controle e manejo abordando questões relacionadas à sua eficiência,





vantagens e desvantagens.

Tendo em vista o histórico de uso de fogo na APA é necessário que o manejo integrado do fogo seja considerado neste subprograma com vista ao uso conservacionista do fogo e também a importância deste na agropecuária da comunidade local.

Também deverão ser definidos e caracterizados os sítios históricos e arqueológicos prioritários para fins de manejo e as ações de controle de intervenções.

8.2 Programa de Uso Público

8.2.1 Subprograma de Visitação

Este subprograma deverá detalhar projetos, protocolos e ações voltados ao fortalecimento da estrutura de turismo de base comunitária, considerando a visitação dos atrativos naturais e culturais existentes na APA, quer em caráter turístico, quer recreativo. Assim, serão detalhadas ações para o fortalecimento e apoderamento comunitário que permita criar nos moradores da APA organização para a definição das ações e da implantação de estruturas voltadas ao uso público tais como: o manejo e implantação de trilhas, sinalização e mecanismos de interpretação ambiental, infraestrutura e outras facilidades para visitação, além de protocolos para o controle e orientação de visitantes, entre outras medidas a serem definidas como necessárias ao longo do planejamento, seguindo necessidades constatadas a partir do diagnóstico. Deverão ser abordados, minimamente:

- ✓ Planejamento da malha de trilhas, definindo estruturas para as mesmas, de maneira a garantir o adequado acesso aos atrativos;
- ✓ Definição e especificação da infraestrutura para visitantes e os equipamentos de apoio ao turismo;
- ✓ Definição de normas para visitação pública, (atividades culturais, esportivas, turísticas, científicas, etc) incluindo temas como atividades de condutor, cobrança e disponibilização de ingressos, etc;





- ✓ Definição de procedimentos que garantam a manutenção de níveis aceitáveis de visitação na UC e otimizem o atendimento ao público em termos de recepção, reservas, serviços e portarias.

8.2.2 Subprograma de Educação Ambiental

Este subprograma deverá detalhar conteúdos, projetos e parcerias de educação ambiental junto a escolas da região, universidades e/ou outros públicos de interesse, buscando promover ou incentivar atividades educativas ou de campo na área da APA, nos atrativos turísticos da UC e/ou em outros locais apropriados para tais práticas. Portanto, para este subprograma deverão ser identificados grupos de interesse, cujo envolvimento será vantajoso para o fortalecimento da APA e UCs próximas, além de indicar locais para as variadas práticas sugeridas.

Integrando este subprograma, deverão ser elaborados textos sucintos, em linguagem adequada à compreensão de público leigo, contendo aspectos relevantes dos recursos naturais, socioeconômicos e históricos da UC que serão utilizados para informação dos visitantes e das comunidades, incluindo aqueles com necessidades especiais. Tais textos poderão, posteriormente, ser trabalhados pela equipe da Prefeitura Municipal na forma de cartilhas e outros materiais de divulgação, como para exposições permanentes ou itinerantes. Deverão estar acompanhados de fotografias e/ou ilustrações com legendas, em linguagem clara.

Deverão ser abordados, minimamente:

- ✓ Temas prioritários para interpretação e educação ambiental, bem como fontes de informações sobre a UC e seus recursos a serem utilizados no desenvolvimento de atividades interpretativas e educativas, especificando os meios a serem utilizados para esse fim;
- ✓ Identificação e proposição de parcerias com empresas ou entidades do entorno que já possuam algum trabalho nesse sentido;





- ✓ Proposição de programa de capacitação da equipe gestora da UC em educação e interpretação ambiental.

8.3 Programa de Gestão Territorial

8.3.1 Subprograma de Desenvolvimento Local

Este subprograma englobará atividades e projetos relacionados às atividades produtivas que são realizadas nas APAs, almejando compatibilizá-las com aspectos ambientais e/ou sua sustentabilidade. Através da análise do diagnóstico, poderá ser verificada a necessidade de projetos ou parcerias para fomentar práticas conservacionistas de uso do solo, práticas de permacultura ou agroecologia, apicultura, o desenvolvimento de técnicas adequadas de extrativismo vegetal, desenvolvimento do turismo de base comunitária, o associativismo para fortalecimento de determinadas atividades, entre outras. Deverão ser consideradas ainda ações de integração da gestão da UC com as políticas públicas dos municípios das APAs no que tangem questões de cunho socioambiental aplicáveis à região da UC e seu entorno.

8.4 Programa de Conhecimento

8.4.1 Subprograma de Pesquisa

Este subprograma deverá detalhar linhas de pesquisa e estudos prioritários para a APA, considerando as lacunas de conhecimento, ameaças, conflitos e potencialidades identificadas no diagnóstico, nas análises ambientais, socioeconômica, uso público, dos aspectos culturais e históricos, institucional e/ou gerencial. Tais linhas de pesquisa ou projetos devem ser compatíveis com a capacidade de realização local da equipe gestora da APA, buscando identificar e engajar entidades parceiras interessadas, sugerindo-se uma ordem de prioridade para cada linha de pesquisa e especificando, em cada caso, os objetivos, justificativa, local ou região de interesse e outras recomendações pertinentes.

Deverão ser consideradas e abordadas as zonas mais restritivas, no que tange às atividades de pesquisa, estabelecidas no zoneamento definido para a UC.





8.4.2 Subprograma de Monitoramento ambiental

Este subprograma deverá detalhar projetos e/ou protocolos de monitoramento ambiental para a APA, considerando os conflitos e/ou potencialidades identificados no diagnóstico, a ser realizados pela equipe gestora da UC e/ou parceiros. O subprograma deverá ter interface com o subprograma de “Proteção dos Recursos Naturais” dentro do programa de Proteção e Manejo dos Recursos Naturais” tendo em vista que os frutos do presente programa deverão se materializar para direcionar às prioridades de ações de proteção da UC bem como mesurar a efetividade das ações desta natureza na proteção dos recursos naturais da UC.

Deverão ser abordados, minimamente:

- ✓ Definição dos recursos naturais prioritários para monitoramento com base nos objetivos de manejo da UC;
- ✓ Definição dos indicadores ecológicos e procedimentos para monitoramento, com base em praticidade e custos de monitoramento permanente;
- ✓ Definição de indicadores ecológicos e procedimentos para monitoramento ambiental das áreas antropizadas (queimadas, degradadas, alteradas, erodidas, etc.);
- ✓ Indicação de potenciais parceiros para realização do monitoramento ecológico.

8.5 Programa de Operacionalização

8.5.1 Subprograma de Administração e Manutenção

Este subprograma deverá detalhar e mapear medidas, protocolos e/ou rotinas em operação ou necessárias para viabilizar ou otimizar a gestão da APA Serra do Cabral, considerando a conservação das estruturas e equipamentos da UC inclusive considerando a execução dos outros programas e subprogramas do plano de manejo.

Deverão ser abordados, minimamente:





- ✓ Definição de procedimentos para a administração da unidade e manutenção preventiva e corretiva de infraestrutura, materiais e equipamentos;
- ✓ Definição de rotinas de trabalho;
- ✓ Definição de Plano Operativo Administrativo e Financeiro Anual e Plurianual;
- ✓ Elaboração de breve manual de organização e procedimentos;
- ✓ Definição de procedimentos de monitoria e avaliação, com referência aos objetivos estabelecidos para a UC, propondo indicadores de gestão. Deve ser indicado o responsável pela sua mensuração e a periodicidade da coleta dos dados. Deverá ainda ser proposta uma sistemática de acompanhamento.

8.5.2 Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos

Este subprograma deverá detalhar medidas, projetos ou alternativas para viabilizar a implementação da infraestrutura e suporte operacional planejado para a UC que viabilizará, inclusive, a execução dos outros programas do plano de manejo.

Deverá ser definida a infraestrutura a ser implantada e/ou readequada na unidade para fins de administração, proteção, monitoramento, pesquisa e uso público; e também os equipamentos necessários para aparelhar a unidade, incluindo aqueles ligados à prevenção e combate aos incêndios na vegetação.

8.5.3 Subprograma de Recursos Humanos

Este subprograma deverá detalhar medidas, projetos, parcerias e alternativas que se mostrarem viáveis para se compor uma equipe e parceiros bem dimensionados para a gestão e manejo da UC. Assim, neste subprograma deverão ser descritos os atores e grupos da sociedade civil organizada, órgãos e entidades públicas, que podem contribuir para a gestão da UC de forma convergente com as necessidades da APA Serra do Cabral, relacionando-os com os projetos e ações definidos nos diversos subprogramas do plano de manejo.





Também, será necessário levantar e detalhar a existência de outras fontes de contratação e capacitação de recursos humanos para a APA (convênios, condicionantes de processos de licenciamento ambiental, Termos de Ajustamento de Conduta, entre outros).

8.5.4 Subprograma de Divulgação

Este subprograma deverá detalhar projetos, ações e parcerias para melhorar a imagem da APA Serra do Cabral junto a comunidades locais e na região como um todo, como pela divulgação dos atrativos turísticos, das possibilidades de uso público, além de outros valores associados à área natural protegida, de acordo com as necessidades observadas no diagnóstico e de forma compatível com outros subprogramas.

8.6 Programa de Avaliação e Monitoramento

8.6.1 Subprograma de Monitoramento e Avaliação dos Programas

Este subprograma deverá detalhar protocolos e banco de dados para o monitoramento do manejo e gestão da APAEAV, inclusive por meio do acompanhamento da execução das propostas do plano de manejo. Assim, o subprograma será importante para eventuais ajustes que se mostrarem necessários ao longo do processo de execução do plano de manejo.

9 RESUMO EXECUTIVO

A contratada deverá elaborar um RESUMO EXECUTIVO do Plano direcionado para o público em geral e apresentando as informações de forma resumida e objetiva. Os seguintes temas devem ser contemplados: contexto regional, conceitos e objetivos da UC, legislações relacionadas, características gerais, mapas de localização, diagnósticos, zoneamento ambiental e programas de manejo, destacando sua importância para a conservação da sociobiodiversidade.

Como os demais produtos, deverá ter impecável qualidade de redação, correção ortográfica, editoração e impressão. O seu conteúdo deverá ser





uma síntese, tendo uma linguagem acessível, abrangência e independência para entendimento.

Por ser um documento síntese e, portanto, muito acessado após a finalização do Plano de Manejo, a empresa CONTRATADA deverá utilizar um layout criativo e proceder à diagramação do Produto, bem como sua impressão em capa dura.

Para cada UC contemplada no âmbito deste Contrato (APA Serra do Cabral – Lassance/MG e APA Serra do Cabral – Várzea da Palma/MG) deverá ser elaborado um RESUMO EXECUTIVO específico, apresentado em relatórios distintos.

10 INDICADORES

Numa tentativa de mensurar as atividades e projetos implementados pelo CBH Rio das Velhas em prol da melhoria da quantidade e qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, a Agência Peixe Vivo está desenvolvendo uma lista de INDICADORES para quantificar os benefícios alcançados. Dessa forma, todas as empresas CONTRATADAS no âmbito do Contrato de Gestão nº 003/IGAM/2017 devem preencher, periodicamente, a lista padrão dos INDICADORES DE PROJETOS DO CBH RIO DAS VELHAS, que será encaminhada após a assinatura da Ordem de Serviço à empresa CONTRATADA para execução deste trabalho.

A periodicidade de preenchimento das informações também será informada posteriormente pela Agência Peixe Vivo à empresa CONTRATADA. Ressalta-se que trata-se de um formulário padrão para todos os projetos executados pelo CBH Rio das Velhas, com indicadores **simplificados**, como por exemplo, número de reuniões realizadas, número de pessoas mobilizadas, número de bacias de captação de água de chuva implantadas, metros de cerca construídos, número de mudas plantadas, dentre outros, que deverão ser informados conforme a pertinência e escopo do projeto contratado.





11 PRODUTOS ESPERADOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

PRODUTO 1: A CONTRATADA deverá entregar em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço o Produto 1, que constará de um **Plano de Trabalho**, no formato de um Relatório Técnico descrevendo a estratégia a ser adotada para a execução dos serviços, as articulações iniciais já desenvolvidas, as datas sugeridas para a realização dos eventos/reuniões e a metodologia adaptada, tendo em vista os contatos iniciais realizados com as respectivas equipes de acompanhamento. Outras especificações deste produto foram apresentadas no Item 5.3. Deverá ser apresentado um Plano de Trabalho para cada UC, separadamente.

PRODUTO 02: A CONTRATADA deverá entregar em até **90 (noventa) dias** após a emissão da Ordem de Serviço o Produto 2, que constará do **Relatório descritivo das Oficinas de Apresentação do Plano de Trabalho para a comunidade**. As especificações mínimas deste Relatório foram descritas no Item 5.2.4. Deverá ser apresentado um Relatório para cada UC, separadamente.

PRODUTO 03: A CONTRATADA deverá entregar em até **210 (duzentos e dez) dias** após a emissão da Ordem de Serviço o Produto 3, que constará do **Diagnóstico do Plano de Manejo e Mapas**, conforme especificações apresentadas no Item 6. Deverá ser apresentado um Diagnóstico para cada UC, separadamente.

PRODUTO 04: A CONTRATADA deverá entregar em até **300 (trezentos) dias** após a emissão da Ordem de Serviço o Produto 4, que constará do **Relatório descritivo das Oficinas de Apresentação do Diagnóstico e pré-zoneamento e da Oficina de Planejamento Estratégico para a comunidade**. As especificações mínimas deste Relatório foram descritas no Item 5.2.4. Deverá ser apresentado um Relatório para cada UC, separadamente.

PRODUTO 05: A CONTRATADA deverá entregar em até **330 (trezentos e trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço o Produto 5, que constará do **Zoneamento e Planejamento Estratégico da APA**, conforme especificações apresentadas nos Itens 7 e 8. Deverá ser apresentado um Relatório para cada UC, separadamente.

PRODUTO 06: A CONTRATADA deverá entregar em até **390 (trezentos e noventa) dias** após a emissão da Ordem de Serviço o Produto 6, que constará





do **Resumo Executivo do Plano de Manejo**, conforme especificações apresentadas no Item 9. Deverá ser apresentado um Resumo Executivo para cada UC, separadamente.

12 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os produtos especificados no presente TDR deverão ser redigidos na língua portuguesa, de forma clara, utilizando linguagem formal e atentando para o perfeito atendimento das normas gramaticais e ortográficas. A formatação dos documentos deverá ser realizada conforme orientações do **Guia de Elaboração de Documentos da Agência Peixe Vivo**, disponível no seguinte link: <http://www.agbpeixe vivo.org.br/images/2014/AGB/Guia%20de%20Elaboracao%20de%20Documento%20GED.pdf>.

Os produtos e materiais de divulgação/mobilização produzidos pela CONTRATADA também deverão estar em conformidade com o Manual de Identidade Visual do CBH Rio das Velhas disponível em: <http://cbhvelhas.org.br/manual-de-identidade-visual-cbh-rio-das-velhas/>.

Para cada UC contemplada no âmbito deste Contrato, os Produtos deverão ser apresentados em 01 (uma) via, sob a forma de minuta e, uma vez aprovados pela Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo, deverão ser apresentados em sua forma definitiva em 01 (uma) cópia impressa qualidade "Laserprint" ou similar (para a respectiva Prefeitura Municipal) e 03 (três) cópias digitais em CD-ROM, sendo uma cópia para a Agência Peixe Vivo, uma para o CBH Rio das Velhas, e uma para a Prefeitura Municipal.

Em relação aos mapas produzidos pela contratada, ressalta-se que no interior dos relatórios os mesmos devem ser apresentados em formato A3 e devem vir acompanhados de uma descrição que interprete os dados levantados em campo e os compare aos dados da literatura específica. Além disso, para cada mapa produzido também deverá ser disponibilizada 1 (uma) cópia impressa e digital (PDF) em formato A1.





13 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO SUGERIDO

Para o desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste Termo de Referência, estima-se o prazo de 15 (quinze) meses de vigência do Contrato, sendo 13 (treze) meses de execução, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, de acordo com o seguinte cronograma de execução (Tabela 2).





Tabela 2 – Cronograma físico-financeiro e de execução

Pro d.	Especificação	REPAS SE %	Meses														
			1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	13º mês		
1	Reunião de partida	10%	█														
	Visitas de reconhecimento das APAs		█														
	Elaboração do Plano de Trabalho (PT)		█														
	Entrega do Produto 1 - Plano de Trabalho		█														
2	Oficinas de apresentação do PT	5%		█													
	Entrega do produto 2 - Relatório das Oficinas de apresentação do PT				█												
3	Levantamentos de campo	30%		█	█	█	█	█	█	█							
	Elaboração dos mapas			█	█	█	█	█	█	█							
	Elaboração do Diagnóstico																
	Entrega do produto 3 - Diagnóstico e mapas										█						
4	Oficinas de apresentação do Diagnóstico e pré-zonamento	5%								█							
	Oficina de Planejamento Estratégico										█						
	Entrega do produto 4 - Relatório das Oficinas de apresentação do Diagnóstico e Planejamento Estratégico											█					
5	Elaboração do Planejamento Estratégico	30%									█	█	█				
	Definição do Zoneamento										█	█	█				
	Entrega do produto 5 - Zoneamento e Planejamento Estratégico das APAs													█			
6	Elaboração do Resumo Executivo	20%													█	█	
	Seminário para entrega dos Planos de Manejo														█	█	
	Entrega do produto 6 - Resumo Executivo															█	
Total		100%															

Legenda: Execução Entrega de produtos finais - passíveis de pagamento





14 FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços prestados será efetuado em até **15 (quinze) dias** após a apresentação de Nota Fiscal, juntamente com a apresentação de documentação fiscal, que deverá ser emitida somente após a aprovação dos produtos pela Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo.

Além disso, a Nota Fiscal somente deve ser entregue para a Agência Peixe Vivo **concomitantemente** com a entrega das versões finais impressas dos Relatórios e mapas, bem como dos CD's com a cópia da versão digital.

Os pagamentos serão realizados pela Agência Peixe Vivo, conforme apresentado a seguir:

- ✓ 10 % (dez por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 1 aprovado;
- ✓ 05 % (cinco por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 2 aprovado;
- ✓ 30 % (trinta por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 3 aprovado;
- ✓ 05 % (cinco por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 4 aprovado;
- ✓ 30 % (trinta por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 5 aprovado;
- ✓ 20 % (vinte por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 6 aprovado.

15 PERFIL DA EMPRESA E DA EQUIPE TÉCNICA

A empresa ou entidade que se habilitar à execução dos trabalhos especificados no presente TDR deverá comprovar experiência no planejamento de unidades de conservação e/ou trabalhos similares, a saber:





- ✓ trabalhos com conservação e uso sustentável dos recursos naturais, preferencialmente em ecossistema similar ao da Unidade de Conservação, objeto deste Termo de Referência;
- ✓ elaboração de Plano de manejo de Unidade de Conservação de Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ trabalhos com Conselhos Consultivos de UC de Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ trabalhos específicos sobre uso público e ecoturismo em UC;
- ✓ estudos biológicos, físicos e/ou antrópicos em áreas protegidas;
- ✓ projetos de planejamento estratégico e de gestão em entidades e organizações públicas e/ou sociais de interesse público;
- ✓ elaboração e implantação de projetos em áreas de UC.

A CONTRATADA também deverá dispor de técnicos especializados e capacitados para a tarefa, com comprovação conforme previsto no edital desta licitação, e deve mobilizar uma Equipe-Chave **mínima** composta de, pelo menos, **10 (dez) profissionais**, que deverão atuar proporcionalmente às demandas requeridas para cumprimento dos escopos dos respectivos produtos, e que apresentem os seguintes perfis:

- **Coordenador: 01 (um) profissional de nível superior, com mestrado, formado no mínimo há 10 (dez) anos.** Comprovada experiência em coordenação de projetos ambientais ou cargos de gerência. Experiência em elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação, preferencialmente de Desenvolvimento Sustentável e na região do Baixo Rio das Velhas.
- **01 (um) profissional de nível superior na área das ciências naturais – biólogo,** formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em levantamentos de fauna.
- **01 (um) profissional de nível superior na área das ciências naturais – biólogo, ou engenheiro florestal ou agrônomo** formado há no





mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em levantamentos de flora.

- **01 (um) profissional** de nível superior **na área das ciências naturais – geógrafo ou geólogo** formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em levantamentos do meio físico: pedologia, geologia, geomorfologia e espeleologia.
- **01 (um) profissional** de nível superior **na área de geografia ou similar**, formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Sensoriamento Remoto (SR) e trabalhos de cartografia para caracterização/mapeamento de ambientes naturais voltados ao planejamento e gestão ambiental.
- **01 (um) profissional** de nível superior **na área das ciências naturais – engenheiro civil, ou engenheiro ambiental, ou biólogo, ou engenheiro sanitaria**, formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em hidrologia e em levantamento da qualidade, vazão e risco de contaminação dos mananciais entre outros.
- **01 (um) profissional** de nível superior **na área de administração ou similar**, formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em gestão e/ou gerência de projetos, gestão ambiental, planejamento urbano/ordenamento territorial.
- **01 (um) profissional** de nível superior **na área das ciências naturais – antropologia, arqueologia, sociologia ou outras afins**, formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em levantamentos de socioeconomia.
- **01 (um) profissional** de nível superior, **arqueólogo, biólogo, geólogo, historiador, arquiteto ou na área de ciências humanas**, formado há no mínimo 05 (cinco) anos, com experiência comprovada em levantamentos arqueológicos, arqueologia pré-histórica, sítios fechados (grutas), arte rupestre,





atividades de preservação, conservação e educação patrimonial, comprovada por meio de atestados técnicos.

- **01 (um) profissional de nível técnico ou superior** com experiência comprovada em trabalhos de mobilização social e educação ambiental, sendo admissível a acumulação desta função com as demais.

Todos os profissionais da Equipe-Chave deverão estar disponíveis para a execução dos trabalhos, inclusive viagens, se necessário.

Poderão completar a equipe-chave e atuar de maneira a auxiliar na condução dos trabalhos, a seguinte **equipe de apoio**:

- **01 (um) profissional graduado em turismo** com experiência em planejamento de ecoturismo e visitação de áreas naturais protegidas;
- **01 (um) profissional da área de administração** ou similar com experiência em gestão e/ou gerência de projetos, gestão ambiental e capacitação;
- **01 (um) profissional da área de comunicação** com experiência em projeto gráfico e diagramação;
- **02 profissionais de nível técnico ou superior** para auxiliar nos seminários e oficinas.

Ressalta-se que a **equipe de apoio não será pontuada** na análise da proposta técnica.

Na proposta técnica deverá ser apresentado o organograma de toda equipe, descrevendo as funções de cada integrante da equipe chave e da equipe de apoio.

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Realizar os trabalhos contratados conforme especificado neste Termo de Referência e de acordo com Cláusulas estipuladas em Contrato;
- ✓ Fornecer informações à Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo, sempre que solicitado, sobre os trabalhos que estão sendo executados;





- ✓ Comparecer às reuniões previamente agendadas, munido de informações sobre o andamento dos Produtos em elaboração;
- ✓ Assinar o Termo de Compromisso apresentado no Anexo II deste TDR.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ✓ Disponibilizar documentos e informações necessárias à execução dos serviços contratados, conforme especificado e citado neste Termo de Referência;
- ✓ Realizar os pagamentos relativos aos Produtos entregues e aprovados, conforme estipulado neste TDR e Cláusulas Contratuais pertinentes.

18 CONTRATAÇÃO

O Contrato será elaborado pela Agência Peixe Vivo, e a CONTRATADA será paga com recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, condicionados à disponibilidade financeira e conforme previsto no Plano de Aplicação para o triênio 2018-2020 e estipulado no Contrato de Gestão nº 003/IGAM/2017, firmado entre o IGAM e a Agência Peixe Vivo.

Será selecionada a Pessoa Jurídica que possuir perfil técnico adequado para as atividades propostas e apresentar a melhor proposta técnica e financeira, tendo em vista a previsão dos custos estimados à execução dos serviços correspondente ao valor máximo de **R\$ xxxxxxxx (xxxx reais)**.

19 REFERÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE. **Projeto da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral, Lassance-MG para cadastramento de Unidade de Conservação junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF)**. Elaboração: Bioproteção Consultoria Ambiental LTDA, 2001. 60p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA. **Projeto da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral, Várzea da Palma-MG**. Elaboração: Bioproteção Consultoria Ambiental LTDA, 2005. 101p.





Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental, APA / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. - Brasília : Ed. IBAMA, 2001. 240p. : 23cm.

20 ANEXOS



ANEXO I.A – Lei Municipal 827/2001- Lassance/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE
ESTADO DE MINAS GERAIS
 NOVO MILÊNIO, NOVOS RUMOS

Lei número 827/2001.

"Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Lassance, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA Serra do Cabral de Conservação Municipal com área de 81.103,917ha e perímetro de 261.139 Memorial Descritivo anexo desta Lei.

Art. 2º - A área de Proteção Ambiental – APA da Serra do Cabral tem por finalidade assegurar o bem-estar das populações humanas ali existentes, com melhorando as condições ecológicas e locais, assegurando, principalmente a riqueza e proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades ali existentes.

Art. 3º - o Poder Executivo Municipal irá designar um profissional para ser o Gerente da APA da Serra do Cabral.

Art. 4º - Será nomeado pelo Chefe Executivo Municipal um profissional Administrativo para administrar esta Unidade de Conservação, que será composta da seguinte forma:

- O Gerente da Unidade, que será o Presidente;
- Um representante do Órgão Municipal responsável pelo Meio Ambiente;
- Um representante do Órgão Municipal responsável pela Agricultura;
- Um representante do Órgão Municipal responsável pela Educação;
- Dois representantes do Órgão Estadual e, ou, Federal ligados ao Meio Ambiente e Agricultura: (IEF, EMATER E IBAMA);
- Um representante da Polícia Florestal.

Parágrafo Único – O estatuto do Conselho acima mencionado será redigido em 90 (noventa) dias após a sua nomeação.

Art. 5º - O Zoneamento-Ecológico da Área da APA da Serra do Cabral será elaborado em anexo no Relatório Técnico-científico e nas disposições finais conforme a seguir:

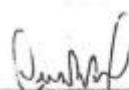
- Zona de Preservação da Vida Silvestre com área de 39.614.2491h
- Zona de Uso Agropecuário com área de 41.489.6680 há

Parágrafo Único: O zoneamento contempla as diversas características (cursos d'água, nascentes, vegetação nativa, fauna, etc.).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua promulgação.

Mando portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente o que nela se contém.

Lassance, 29 de maio de 2001.


 CRISTÓVÃO COLOMBO VITA FILHO
 Prefeito Municipal de Lassance



PROJETO APA DA SERRA DO CABRAL PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE
Administração 2001/

4.2.1- MEMORIAL DESCRITIVO

Coordenadas: Sistema UTM
Datum Horizontal: Córrego Alegre
Perímetro: 261.139m
Área: 81.103,9171ha

A Área de Proteção Ambiental do Município de Lassance – MG, com Perímetro de 261.139m e área de 81.103,9171ha, tem início no ponto 01 encontro do Córrego do Tombador com o rio das Velhas, divisa do município Lassance com Augusto de Lima, de coordenadas E = 554904m e N = 80018 de onde segue pela divisa dos municípios até o ponto 02, onde dividem municípios de Lassance, Augusto de Lima e Buenópolis, de coordenadas E = 562896m e N = 8008890m, de onde segue pela divisa destes até o ponto onde dividem os municípios de Lassance, Buenópolis e Joaquim Felício coordenadas E = 574230m e N = 8030763m, daí segue pela divisa destes até o ponto 04, ponto se dá a divisa dos municípios de Lassance, Joaquim Felício Francisco Dumont, de coordenadas E = 575309m e N = 8042967m, daí segue pela divisa dos municípios de Lassance e Francisco Dumont até o ponto 05, onde dividem os municípios de Lassance, Francisco Dumont e Várzea da Palma coordenadas E = 556811m e N = 8053085m, segue então a divisa dos municípios de Lassance com Várzea da Palma até o ponto da divisa na cota 1000m, ponto 06, de coordenadas E = 552908m e N = 8054038m. Daí segue por uma distância aproximadamente de 4.280m até o ponto onde uma estrada municipal corta o córrego do Vinho, ponto 07 de coordenadas E = 551181m e N = 80498 segue então em linha por aproximadamente 3.980m até o encontro do córrego Galheiro com o córrego do Vinho, ponto 08 de coordenadas E = 552298m e N = 8045802m, segue então por aproximadamente 5.200m até o encontro de um pequeno curso d'água com o córrego do Vinho, ponto 09, de coordenadas E = 551585m e N = 8040526m, por onde segue uma distância de aproximadamente 3570m até a cota 600m junto ao córrego da Corrente, ponto 10, de coordenadas E = 553289m e N = 8037355m, daí segue em linha por aproximadamente 14.2 até a cota 800m junto ao córrego Santo Antônio, ponto 11, de coordenadas E = 551706m e N = 8023360m, segue então em linha reta por aproximadamente 6.750m até a cota 600m junto ao córrego São Francisco, ponto 12 coordenadas E = 552034m e N = 8016502m, daí segue em linha por aproximadamente 15.290m até o ponto 01 de coordenadas E = 554904m e N = 8001830m onde teve início esta descrição. (Mapa em anexo)



Marcos Aurélio Sartori
CREA-MG 65.591/D





PROJETO APA DA SERRA DO CABRAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSAN
Administração 2001/2

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Manter fiscalização permanente em área representativa dos ecossistemas envolvidos;
- Implementar zoneamento;
- Proteger todas as nascentes dentro da APA, maximizando o volume hídrico;
- Agir no "cenário atual" da área procurando atingir um "cenário-alvo" depurando as tendências de degradação da área e otimizando a sucessão ecológica;
- Incentivar o uso de tecnologias racionais através de cursos e palestras aos agricultores e investidores municipais;
- Incentivar pelo conhecimento, a preservação das espécies nativas locais;
- Orientar a educação para a participação ativa do cidadão e comunidade, na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida;
- Recuperar áreas degradadas e ameaçadas de degradação por invasões e impactos que se efetivaram;
- Maximizar as potencialidades ambientais da área favorecendo a qualidade de vida.

METAS

Dentre os trabalhos que estão incluídos no processo de planejamento e administração da APA da Serra do Cabral, temos as principais metas:

- Construir infra-estrutura básica para desenvolvimento do turismo ecológico e estudos científicos do ecossistema existente na área;
- Efetuar estudos sobre o potencial de fauna, flora, usos e potencialidades ambientais em toda a área da APA;
- Maximizar as áreas de matas ciliares e proteção de nascentes;
- Criar Núcleos de Educação Ambiental.



**ANEXO I.B – Portaria nº 29/2017 – Prefeitura de Lassance****PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE
ESTADO DE MINAS GERAIS****PORTARIA Nº 29/2017****“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO APA”**

O Prefeito Municipal de Lassance, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Artigo 103, Item II, Letra “B” da Lei Orgânica do Município de Lassance.

RESOLVE:

Artigo 1º – NOMEAR e empossar os membros que constituirão o conselho de APA:

PODER PÚBLICO**I-REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

- WENDERSON JOSÉ ALVES SOARES
- GLADSON SOUZA REIS

II-REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

- MANOEL ROMIRALDO DE ALMEIDA
- EVERSON SANTIAGO PEREIRA BARBOSA DIAS

III – REPRESENTANTE IEF:

- JOAO GERALDO FERREIRA SANTOS
- MARGARETE SUELY CAIRES AZEVEDO

IV- REPRESENTANTES DO EMATER;

- MÁRCIA REGINA PEREIRA SOARES DE OLIVEIRA
- MÁRCIO FERREIRA LOPES

SOCIEDADE CIVIL**V - REPRESENTANTES DE SEGURANÇA:**

- MORAIS CESAR DOS SANTOS
- JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS

Endereço: Avenida Nossa Senhora do Carmo, 726 – Centro – Lassance/MG, CEP 39.250-000
Telefone: (038) 3759-1267 – (38) 3759-1220 e-mail: juridicolassance@hotmail.com





PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE ESTADO DE MINAS GERAIS

VI - REPRESENTANTES DO CEDAC:

- PREDRO FRANCISCO SANTANA
- ADALBERTO FABIANO DOS SANTOS

VII- REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RUF

- DELETINA PINTO DE ALMEIDA
- CLEMENTE ADRIANO DA SILVA

VIII - REPRESENTANTES DO CODEMA:

- JULIO SERGIO RABELO
- GERALDO DARIO SOARES NETO

IX - REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITARIO DO ENTOI APA SERRA DO CABRAL:

- HELIO PEREIRA DA SILVA
- CARLOS NUNES PEREIRA

X - REPRESENTANTES EMPREENDIMENTOS DENTRO DOS LIMITE APA SERRA DO CABRAL:

- JOSEMIR LUIZ DIAS
- MARCELO FLANZER

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação;

Lassance, 11 de Janeiro de 2017.

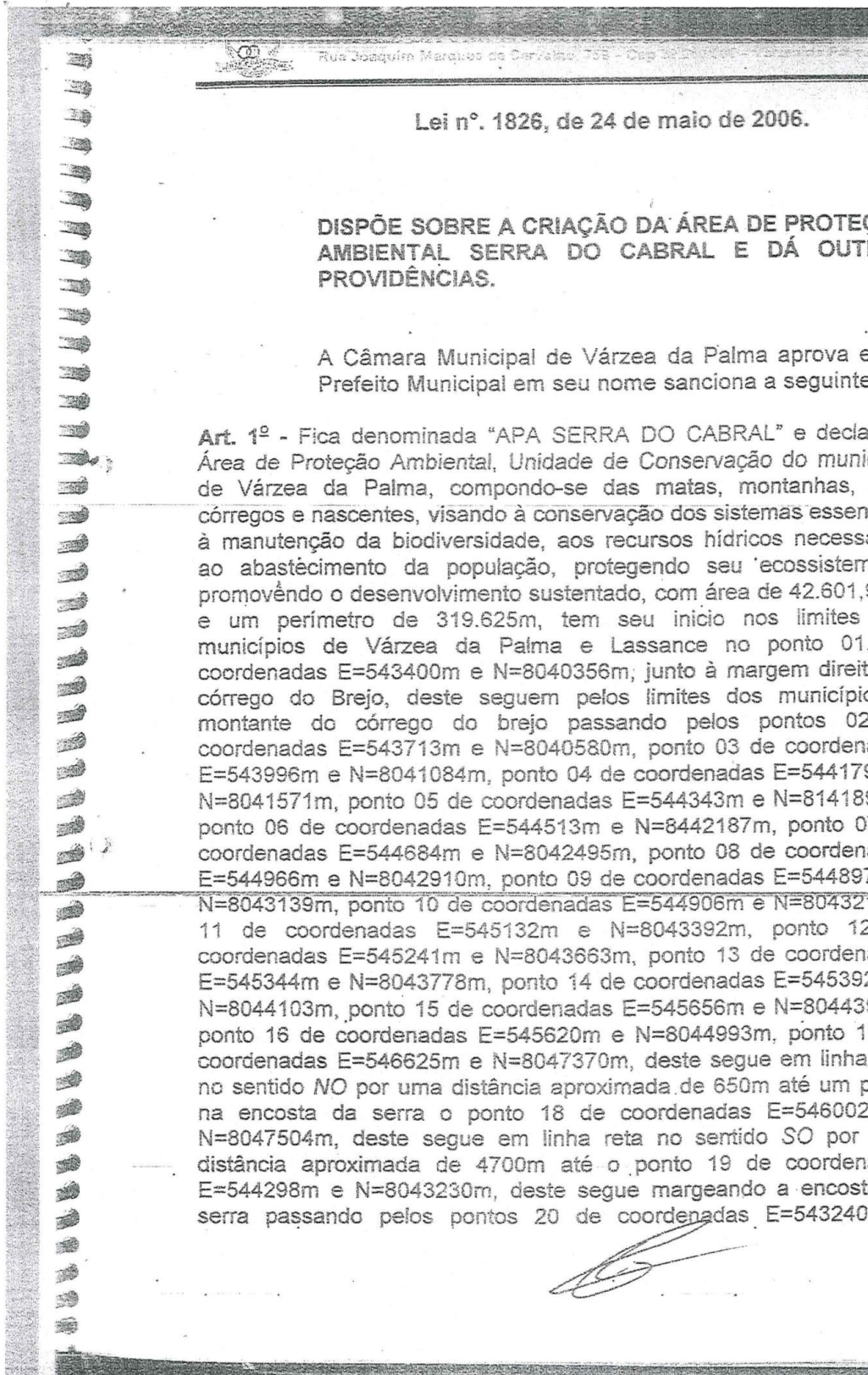
REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.



PAULO ELIAS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Endereço: Avenida Nossa Senhora do Carmo, 726 – Centro – Lassance/MG, CEP
Telefone: (038) 3759-1267 – (38) 3759-1220 e-mail: juridicolassance@hotmail.com



**ANEXO I.C – Lei Municipal Nº 1.826/2006- Prefeitura de Várzea da Palma**



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PALMA
Rua Joaquim Marques de Carvalho, 759 - Cep 39.260.000 - Várzea da Palma

N=8042709m, ponto 21 de coordenadas E=542749m e N=804339
 ponto 22 de coordenadas E=543231m e N=8044747m, ponto 23
 coordenadas E=543715m e N=8045468m, ponto 24 de coordena
 E=543883m e N=8046113m, ponto 25 de coordenadas E=544211
 N=8047267m, ponto 26 de coordenadas E=544955m e N=804763
 ponto 27 de coordenadas E=544914m e N=8048538m, ponto 28
 coordenadas E=545404m e N=8048566m, ponto 29 de coordena
 E=545691m e N=8049813m, ponto 30 de coordenadas E=546004
 N=8050177m, 31 de coordenadas E=545832m e N=8050471m, po
 32 de coordenadas E=546118m e N=8050954m, ponto 33
 coordenadas E=546107m e N=8051473m, ponto 34 de coordena
 E=545842m e N=8051796m, ponto 35 de coordenadas E=546117r
 N=8052099m, ponto 36 de coordenadas E=544707m e N=805363
 ponto 37 de coordenadas E=544462m e N=8053802m, ponto 38
 coordenadas E=544640m e N=8053948m, ponto 39 de coordena
 E=545061m e N=8053786m, 40 de coordenadas E=545510m
 N=8053485m, ponto 41 de coordenadas E=545651m e N=8053557
 ponto 42 de coordenadas E=546281m e N=8052961m, ponto 43
 coordenadas E=546533m e N=8053125m, ponto 44 de coordena
 E=546437m e N=8053509m, ponto 45 de coordenadas E=546275r
 N=8053905m, ponto 46 de coordenadas E=546243m e N=8054202
 ponto 47 de coordenadas E=546342m e N=8054450m, ponto 48
 coordenadas E=546199m e N=8054801m, ponto 49 de coordena
 E=545960m e N=8054672m, ponto 50 de coordenadas E=545578r
 N=8054548m, ponto 51 de coordenadas E=545232m e N=8054526
 ponto 52 de coordenadas E=545010m e N=8054785m, ponto 53
 coordenadas E=544670m e N=8054758m, ponto 54 de coordena
 E=544589m e N=8054850m, ponto 55 de coordenadas E=544713m
 N=8055088m, ponto 56 de coordenadas E=544616m e N=8055239
 ponto 57 de coordenadas E=544275m e N=8055320m, ponto 58
 coordenadas E=544329m e N=8055424m, ponto 59 de coordena
 E=544546m e N=8055410m, ponto 60 de coordenadas E=544680m
 N=8055600m, ponto 61 de coordenadas E=544624m e N=8055752
 ponto 62 de coordenadas E=544748m e N=8055799m, ponto 63
 coordenadas E=545384m e N=8055611m, ponto 64 de coordena
 E=545387m e N=8055939m, ponto 65 de coordenadas E=544889m
 N=8056608m, ponto 66 de coordenadas E=544795m e N=8056873r
 ponto 67 de coordenadas E=545371m e N=8057153m, ponto 68
 coordenadas E=546318m e N=8055981m, ponto 69 de coordena
 E=547031m e N=8054634m, ponto 70 de coordenadas E=547031m
 N=8053483m, ponto 71 de coordenadas E=546855m e N=8053121r
 ponto 72 de coordenadas E=547546m e N=8052102m, deste segu
 em linha reta no sentido NE por uma aproximada de 3500m até ui





ponto na encosta da serra, o ponto 73 de coordenadas E=550346m N=8054078m, deste segue em linha reta no sentido SE por uma distância aproximada de 1800m até o ponto na encosta da serra no limites do município de várzea da Palma e Francisco Dumont, o ponto 74 de coordenadas E=552114m e N=8053552m, deste segue em linha reta no sentido NE por uma distância aproximada de 1700m até um ponto nos limites de Várzea da Palma e Francisco Dumont junto a uma estrada de aceiro de um reflorestamento, o ponto 75 de coordenadas E=553719m e N=8053796m, deste segue em linha reta no sentido NE por uma distância aproximada de 800m até uma outra estrada de aceiro o ponto 76 de coordenadas E=554120m N=8054530m, deste segue em linha a estrada de aceiro até o ponto 77 de coordenadas E=553611m e N=8054774m, deste segue em linha reta no sentido NE por uma distância aproximada de 1850m até o ponto 78 de coordenadas E=554932m e N=8056065m, por onde segue pelos pontos 79 de coordenadas E=555392m e N=8055664m, ponto 80 de coordenadas E=556620m e N=8056175m já nos limites do município de Várzea da Palma e Francisco Dumont, daí segue em linha reta no sentido NE pela encosta da serra por uma distância de 1600m até o ponto 81 de coordenadas E=557141m e N=8057764m, segue então em linha reta no sentido NO por uma distância de 1300m até o ponto 82 de coordenadas E=556475m e N=8058884m, por onde segue em linha reta no sentido NE por uma distância de 1050m até o ponto 83 de coordenadas E=556811m e N=8059905m, a partir daí segue margeando a encosta da serra passando pelos pontos 84 de coordenadas E=555800m e N=8060516m, ponto 85 de coordenadas E=554201m e N=8062295m, ponto 86 de coordenadas E=553185m N=8062101m, ponto 87 de coordenadas E=552740m e N=8062306m, ponto 88 de coordenadas E=553067m e N=8063403m, ponto 89 de coordenadas E=552335m e N=8063558m, ponto 90 de coordenadas E=552442m e N=8064360m, ponto 91 de coordenadas E=552109m N=8064710m, ponto 92 de coordenadas E=551953m e N=8065073m, ponto 93 de coordenadas E=552047m e N=8065432m, ponto 94 de coordenadas E=552380m e N=8065773m, ponto 95 de coordenadas E=552441m e N=8066379m, ponto 96 de coordenadas E=552784m N=8066994m, ponto 97 de coordenadas E=553325m e N=8067573m, ponto 98 de coordenadas E=553896m e N=8067673m, ponto 99 de coordenadas E=553715m e N=8068473m, ponto 100 de coordenadas E=553715m e N=8068729m, ponto 101 de coordenadas E=54619m e N=8054801m, ponto 102 de coordenadas E=545960m N=8054672m, ponto 103 de coordenadas E=545578m N=8054548m, ponto 104 de coordenadas E=545651m N=8053557m, ponto 105 de coordenadas E=546281m





N=8052961m, ponto 106 de coordenadas E=546533m
 N=8053125m, ponto 107 de coordenadas E=546437m
 N=8053509m, ponto 108 de coordenadas E=546275m
 N=8053905m, ponto 109 de coordenadas E=546243m
 N=8054202m, ponto 110 de coordenadas E=546342m
 N=8054450m, ponto 111 de coordenadas E=546199m
 N=8054801m, ponto 112 de coordenadas E=545960m
 N=8054672m, ponto 113 de coordenadas E=545578m
 N=8054548m, ponto 114 de coordenadas E=554636m
 N=8069784m, ponto 115 de coordenadas E=555421m
 N=8069100m, ponto 116 de coordenadas E=555371m
 N=8068751m, ponto 117 de coordenadas E=555190m
 N=8068586m, ponto 118 de coordenadas E=555198m
 N=8068069m, ponto 119 de coordenadas E=555128m
 N=8067685m, ponto 120 de coordenadas E=555149m
 N=8067272m, ponto 121 de coordenadas E=554645m
 N=8065929m, ponto 122 de coordenadas E=555199m
 N=8065588m, ponto 123 de coordenadas E=555425m
 N=8065123m, ponto 124 de coordenadas E=555980m
 N=8065007m, ponto 125 de coordenadas E=555262m
 N=8066016m, ponto 126 de coordenadas E=555743m
 N=8068334m, ponto 127 de coordenadas E=557160m
 N=8068740m, ponto 128 de coordenadas E=556983m
 N=8069348m, ponto 129 de coordenadas E=557262m
 N=8069474m, ponto 130 de coordenadas E=557300m e N=807001
 e ponto 131 de coordenadas E=555335m e N=8070677m já r
 limites do município de Várzea da Palma e Jequitai, por onde seg
 pelos limites municipais passando pelos pontos 132 de coordenac
 E=554421m e N=8071137m, ponto 133 de coordenadas E=55410
 e N=8072180m, ponto 134 de coordenadas E=553652m
~~N=8072465m, ponto 135 de coordenadas E=553042m~~
 N=8072516m, ponto 136 de coordenadas E=552835m
 N=8072866m, ponto 137 de coordenadas E=552624m
 N=8073449m, deste segue em linha reta no sentido NO por u
 distância aproximada de 3600m até outro ponto nos limites con
 município de Jequitai o ponto 138 de coordenadas E=549255m
 N=8074836m, por onde segue os limites municipais de Várzea
 Palma e Jequitai passando pelos pontos 139 de coordena
 E=548943m e N=8074816m, ponto 140 de coordenadas E=54873
 e N=8075107m, ponto 141 de coordenadas E=548591m
 N=8075469m, ponto 142 de coordenadas E=548289m
 N=8075670m, ponto 143 de coordenadas E=547847m
 N=8075801m, ponto 144 de coordenadas E=547602m





Rua Joaquim Marques de Carvalho, 759 - Cep 38.250-006 - Várzea da Palma - MG

N=8075948m, ponto 145 de coordenadas E=547411m e N=8076166 até o ponto 146 de coordenadas E=547227m e N=8076698m, p onde segue em linha reta no sentido NO por uma distância de 3250 até um ponto nos limites do município de Várzea da Palma e Jequit o ponto 147 de coordenadas E=544217m e N=8077708m, deé segue pela divisa dos municípios de Várzea da Palma e Jequitai jur à encosta da Serra Cabral, passando pelos pontos 148 coordenadas E=544213m e N=8077259m, ponto 149 de coordenad E=544018m e N=8076915m, ponto 150 de coordenadas E=543824 e N=8076951m, ponto 151 de coordenadas E=543743m N=8077081m, ponto 152 de coordenadas E=543613m N=8077178m, ponto 153 de coordenadas E=543451m N=8077194m, ponto 154 de coordenadas E=543160m N=8077097m, ponto 155 de coordenadas E=542784m N=8077065m, ponto 156 de coordenadas E=542511m N=8077178m, ponto 157 de coordenadas E=542187m N=8077486m, ponto 158 de coordenadas E=541863m N=8077874m, ponto 159 de coordenadas E=541458m N=8078376m, ponto 160 de coordenadas E=541247m N=8078651m, ponto 161 de coordenadas E=541019m N=8078898m, ponto 162 de coordenadas E=540786m N=8078989m, ponto 163 de coordenadas E=540640m N=8079070m, ponto 164 de coordenadas E=540640m N=8079281m, ponto 165 de coordenadas E=540656m N=8079671m, ponto 166 de coordenadas E=540542m N=8079735m, ponto 167 de coordenadas E=540315m e N=807979 ponto 168 de coordenadas E=540071m e N=8079654m, ponto 169 coordenadas E=539909m e N=8079703m, ponto 170 de coordenad E=539762m e N=8079995m, ponto 171 de coordenadas E=539730 e N=8080417m, ponto 172 de coordenadas E=539934m N=8080801m, ponto 173 de coordenadas E=540039m N=8081261m, ponto 174 de coordenadas E=540104m N=8081764m, ponto 175 de coordenadas E=540169m N=8082333m, ponto 176 de coordenadas E=540266m N=8082690m, ponto 177 de coordenadas E=540477m N=8083830m, ponto 178 de coordenadas E=540703m N=8083395m, ponto 179 de coordenadas E=540835m N=8083745m, ponto 180 de coordenadas E=540913m N=8084410m, ponto 181 de coordenadas E=540888m N=8084905m, ponto 182 de coordenadas E=540654m N=8085399m, ponto 183 de coordenadas E=540185m N=8085789m, ponto 184 de coordenadas E=539612m N=8086154m, ponto 185 de coordenadas E=539117m





Rua Joaquim Marques do Carvalho, 166 - Cep 30.120-060 - Várzea da Palma-MG

N=8086492m,	ponto	186	de	coordenadas	E=538727m
N=8086856m,	ponto	187	de	coordenadas	E=538779m
N=8087117m,	ponto	188	de	coordenadas	E=538810m
N=8087418m,	ponto	189	de	coordenadas	E=538648m
N=8087663m,	ponto	200	de	coordenadas	E=538336m
N=8087793m,	ponto	201	de	coordenadas	E=538127m
N=8088106m,	ponto	202	de	coordenadas	E=53685m e N=8088366m
ponto	203	de	coordenadas	E=537164m e N=8088626m,	ponto 204
coordenadas	E=536877m e N=8088912m,	ponto	205	de	coordenadas
E=536825m e N=8089303m,	ponto	206	de	coordenadas	E=536877
e N=8089667m,	ponto	207	de	coordenadas	E=536929m
N=8090083m,	ponto	208	de	coordenadas	E=536721m
N=8090292m,	ponto	209	de	coordenadas	E=536408m
N=8090396m,	ponto	210	de	coordenadas	E=535887m
N=8089979m,	ponto	211	de	coordenadas	E=535757m
N=8090162m,	ponto	212	de	coordenadas	E=535783m
N=8090708m,	ponto	213	de	coordenadas	E=535184m
N=8091359m,	ponto	214	de	coordenadas	E=534741m
N=8092139m,	ponto	215	de	coordenadas	E=534793m
N=8092738m,	ponto	216	de	coordenadas	E=534924m
N=8093493m,	ponto	217	de	coordenadas	E=534898m
N=8094065m,	ponto	218	de	coordenadas	E=534704m
N=8094850m,	ponto	219	de	coordenadas	E=534624m
N=8095027m,	ponto	220	de	coordenadas	E=534422m
N=8095261m,	ponto	221	de	coordenadas	E=534172m
N=8095470m,	ponto	222	de	coordenadas	E=533809m
N=8095672m,	ponto	223	de	coordenadas	E=533519m
N=8095929m,	ponto	224	de	coordenadas	E=533253m
N=8096115m,	até o ponto	225	de	coordenadas	E=633262m
N=8096247m,	deste segue junto à encosta da serra do Cabral				
município de Várzea da Palma, passando pelos pontos	226				
coordenadas E=531912m e N=8097237m,	ponto	227	de	coordenadas	E=531628m e N=8097237m,
ponto	228	de	coordenadas	E=53120	
e N=8097727m,	ponto	229	de	coordenadas	E=530703m
N=8097829m,	ponto	230	de	coordenadas	E=530105m
N=8099345m,	ponto	231	de	coordenadas	E=529639m
N=8099733m,	ponto	232	de	coordenadas	E=528900m
N=8099729m,	ponto	233	de	coordenadas	E=528568m
N=8099345m,	ponto	234	de	coordenadas	E=528343m
N=8098539m,	ponto	235	de	coordenadas	E=528093m
N=8098568m,	ponto	236	de	coordenadas	E=527993m
N=8099167m,	ponto	237	de	coordenadas	E=528164m
N=8099524m,	ponto	238	de	coordenadas	E=528428m





Rua Joaquim Marques de Carvalho, 789 - Cep 30.260.006 - Várzea do Peixe

N=8099586m,	ponto	239	de	coordenadas	E=528591m
N=8100067m,	ponto	240	de	coordenadas	E=528428m
N=8100230m,	ponto	241	de	coordenadas	E=527771m
N=8099453m,	ponto	242	de	coordenadas	E=527626m
N=8099545m,	ponto	243	de	coordenadas	E=527815m
N=8100098m,	ponto	244	de	coordenadas	E=527722m
N=8100261m,	ponto	245	de	coordenadas	E=527551m
N=8100168m,	ponto	246	de	coordenadas	E=527465m
N=8099788m,	ponto	247	de	coordenadas	E=527341m
N=8099586m,	ponto	248	de	coordenadas	E=527334m
N=8099369m,	ponto	249	de	coordenadas	E=527465m
N=8099066m,	ponto	250	de	coordenadas	E=527520m
N=8098725m,	ponto	251	de	coordenadas	E=527427m
N=8098508m,	ponto	252	de	coordenadas	E=527302m
N=8098531m,	ponto	253	de	coordenadas	E=527209m
N=8098686m,	ponto	254	de	coordenadas	E=527070m
N=8098810m,	ponto	255	de	coordenadas	E=527039m
N=8099074m,	ponto	256	de	coordenadas	E=526945m
N=8099299m,	ponto	257	de	coordenadas	E=526885m
N=8099545m,	ponto	258	de	coordenadas	E=526922m
N=8099741m,	ponto	259	de	coordenadas	E=527031m
N=8099873m,	ponto	260	de	coordenadas	E=527046m
N=8100098m,	ponto	261	de	coordenadas	E=526992m
N=8100191m,	ponto	262	de	coordenadas	E=526883m
N=8100129m,	ponto	263	de	coordenadas	E=526666m
N=8099656m,	ponto	264	de	coordenadas	E=526269m
N=8099780m,	ponto	265	de	coordenadas	E=525579m
N=8098738m,	ponto	266	de	coordenadas	E=524994m
N=8098341m,	ponto	267	de	coordenadas	E=523894m
N=8098614m,	ponto	268	de	coordenadas	E=523674m
N=8098841m,	ponto	269	de	coordenadas	E=523559m
N=8098860m,	ponto	270	de	coordenadas	E=523364m
N=8098984m,	ponto	271	de	coordenadas	E=522716m
N=8098793m,	ponto	272	de	coordenadas	E=522291m
N=8099265m,	ponto	273	de	coordenadas	E=522291m
N=8099522m,	ponto	274	de	coordenadas	E=522479m
N=8099660m,	ponto	275	de	coordenadas	E=522486m
N=8100125m,	ponto	276	de	coordenadas	E=522686m
N=8100381m,	ponto	277	de	coordenadas	E=524181m
N=8099035m,	ponto	278	de	coordenadas	E=525165m
N=8098971m,	ponto	279	de	coordenadas	E=525557m
N=8100110m,	ponto	280	de	coordenadas	E=525557m
N=8100110m,	ponto	281	de	coordenadas	E=525872m





Rua Joaquim Marquês do Carvalho, 752 - Cep 39.260.000 - Várzea do Palm

N=8100136m,	ponto	282	de	coordenadas	E=525907m
N=8100365m,	ponto	283	de	coordenadas	E=525845m
N=8100559m,	ponto	284	de	coordenadas	E=525722m
N=8100727m,	ponto	285	de	coordenadas	E=525545m
N=8100921m,	ponto	286	de	coordenadas	E=525448m
N=8101062m,	ponto	287	de	coordenadas	E=526019m
N=8102319m,	ponto	288	de	coordenadas	E=526211m
N=8102472m,	ponto	289	de	coordenadas	E=526500m
N=8102772m,	ponto	290	de	coordenadas	E=526605m
N=8101976m,	ponto	291	de	coordenadas	E=526733m
N=8101016m,	ponto	292	de	coordenadas	E=527199m
N=8101745m,	ponto	293	de	coordenadas	E=527423m
N=8100348m,	ponto	294	de	coordenadas	E=529351m
N=8100621m,	ponto	295	de	coordenadas	E=530887m
N=8099406m,	ponto	296	de	coordenadas	E=532133m
N=8098305m,	até o ponto	297	de	coordenadas	E=533466

N=8096588m já nos limites do município de Várzea da Palm Jequitai, deste segue pela divisa dos municípios citados passando pelos pontos 298 de coordenadas E=533832m e N=8096818m, p 299 de coordenadas E=534172m e N=8096997m, ponto 300 coordenadas E=534264m e N=8097260m, até o ponto 301 coordenadas E=534291m e N=8097555m, deste segue em linha no sentido NO por uma distância aproximada de 4600m até um p próximo a um pequeno afluente do rio Jequitai o ponto 302 coordenadas E=531826m e N=8101350m, deste segue em linha no sentido NO por uma distância aproximada de 1500m até a margem de um outro pequeno afluente do rio Jequitai o ponto 303 coordenadas E=530815m e N=8102492m, deste segue em linha no sentido NO por uma distância aproximada de 1800m até a margem de outro pequeno afluente do rio Jequitai o ponto 304 de coordenadas E=529395m e N=8103655m, seguindo ainda no sentido NO por uma distância aproximada de 2150m até um ponto na encosta da serra o ponto 305 de coordenadas E=527349m e N=8104307m, deste segue margeando a encosta da serra passando pelos pontos 306 coordenadas E=525814m e N=8103923m, ponto 307 de coordenadas E=525372m e N=8103197m, até um ponto junto à margem do córrego Grotas das Taboquinhas o ponto 308 de coordenadas E=523774m e N=8101456m, daí segue margeando o córrego Grotas das Taboquinhas à jusante passando pelos pontos 309 de coordenadas E=523493m e N=8101532m, ponto 310 de coordenadas E=523257m e N=8101517m, ponto 311 de coordenadas E=523151m e N=8101617m, ponto 312 de coordenadas E=522981m e N=8101729m, ponto 313 de coordenadas E=522981m





Rua Joaquim Marques do Carvalho, 759 - Cep 39.200-000 - Várzea da Palma-MG

N=8101820m, ponto 314 de coordenadas E=522854m
 N=8101853m, ponto 315 de coordenadas E=522678m
 N=8101936m, até o ponto até o ponto onde uma estrada cruza o curso d'água, o ponto 316 de coordenadas E=522518m e N=8102016m deste segue em linha reta no sentido SO por uma distância aproximada de 3750m até o ponto junto à estrada próximo a encosta da serra, o ponto 317 de coordenadas E=521650m e N=8098329m deste segue pela estrada que passa próximo à encosta da serra no sentido SE, passando pelos pontos 318 de coordenadas E=521584m e N=8098123m, ponto 319 de coordenadas E=521652m
 N=8097467m, ponto 320 de coordenadas E=521765m
 N=8096740m, ponto 321 de coordenadas E=522145m
 N=8096585m, ponto 322 de coordenadas E=522422m
 N=8096251m, ponto 323 de coordenadas E=522970m
 N=8096218m, ponto 324 de coordenadas E=523350m
 N=8096070m, ponto 325 de coordenadas E=525100m
 N=8095402m, ponto 326 de coordenadas E=527500m
 N=8093837m, ponto 327 de coordenadas E=528549m
 N=8094084m, ponto 328 de coordenadas E=529263m
 N=8093748m, deste ponto segue em linha reta no sentido SE por uma distância de 6900m até a confluência de dois cursos d'água afluentes do córrego do Retiro Velho junto à encosta da serra, o ponto 329 de coordenadas E=533559m e N=8088098m, segue então em linha reta no sentido SE por uma distância aproximada de 11500m até o ponto 330 junto à margem direita de um dos afluentes do córrego Genipá de coordenadas E=538448m e N=8076679m, daí segue em linha reta no sentido SE por uma distância aproximada de 8000m até a margem direita do ribeirão do Corrente, nas proximidades da encosta da serra o ponto 331 de coordenadas E=545829m e N=8073881m, deste ponto segue uma pequena estrada no sentido NO por uma distância aproximada de 1300m até o ponto 332 de coordenadas E=544582m e N=8073529m, a partir daí segue em linha reta no sentido NO margeando a encosta da serra por uma distância aproximada de 9800m até a confluência de dois cursos d'água afluentes do ribeirão Bananal, o ponto 333 de coordenadas E=547788m e N=8064145m deste segue em linha no sentido SE por uma distância aproximada de 5500m até a confluência do ribeirão Bananal com um de seus afluentes, o ponto 334 de coordenadas E=551366m e N=8060026m por onde segue em linha no sentido SO por uma distância aproximada de 7300m até a confluência de dois cursos d'água que formam a cabeceira do ribeirão Bananal, o ponto 335, de coordenadas E=544049m e N=8058948m, daí segue em linha no sentido NO por uma distância aproximada de 3700m até o ponto onde uma estrada





cruza um pequeno afluente do rio Cabeça de Negro, o ponto 336 coordenadas E=541872m e N=8062049m, daí toma-se a estrada passando pelos pontos 337, de coordenadas E=541754m N=8062377m, ponto 338, de coordenadas E=541218m N=8062878m, ponto 339, de coordenadas E=540876m N=8063063m, ponto 340, de coordenadas E=540518m N=8063546m, até o ponto 341 de coordenadas E=540016m N=8063355m, por onde segue em linha reta no sentido SE por uma distância aproximada de 5900m margeando a encosta de uma pequena serra até a margem direita do córrego Grota da Viúva ponto 342 de coordenadas E=540962m e N=8057527m, deste segue a encosta da serra passando pelos pontos 343 de coordenadas E=540506m e N=8056313m, ponto 344 de coordenadas E=54049 e N=8055995m, ponto 345 de coordenadas E=541275m N=8055511m, ponto 346 de coordenadas E=541819m N=8054879m, ponto 347 de coordenadas E=543512m N=8054823m, ponto 348 de coordenadas E=543539m N=8053977m, ponto 349 de coordenadas E=544359m N=8052075m, ponto 350 de coordenadas E=542158m N=8050242m, ponto 351 de coordenadas E=541218m N=8047911m, a partir daí toma-se a margem direita à jusante de um pequeno afluente do rio das Velhas passando pelos pontos 352 coordenadas E=541001m e N=8048000m, ponto 353, de coordenadas E=540939m e N=8047959m, ponto 354, de coordenadas E=54084 e N=8048000m, ponto 355, de coordenadas E=540701m N=8047872m, ponto 356, de coordenadas E=540423m N=8047932m, ponto 357, de coordenadas E=540281m N=8047847m, ponto 358, de coordenadas E=540147m N=8047749m, ponto 359, de coordenadas E=540101m N=8047621m, ponto 360, de coordenadas E=539984m N=8047599m, ponto 361, de coordenadas E=539844m N=8047530m, ponto 362, de coordenadas E=539860m N=8047440m, ponto 363, de coordenadas E=539681m N=8047309m, ponto 364, de coordenadas E=539515m N=8047220m, ponto 365, de coordenadas E=539388m N=8047105m, ponto 366, de coordenadas E=5439263m N=8047109m, ponto 367, de coordenadas E=539192m N=8047192m, ponto 368, de coordenadas E=539034m N=8047145m, ponto 369, de coordenadas E=538905m N=8047159m, até o ponto onde a estrada cruza o curso d'água ponto 370 de coordenadas E=538796m e N=8047198m, a partir daí toma-se a estrada no sentido NE passando pelos pontos 371, coordenadas E=538748m e N=8047365m, ponto 372, de coordenadas





PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA
Rua Joaquim Marques de Carvalho, 759 - Cep 39.260.000 - Várzea da Palma-MG

E=538389m e N=8047374m, ponto 373; de coordenadas E=538519
e N=8047632m, ponto 374, de coordenadas E=538890m
N=8047834m, ponto 375, de coordenadas E=538960m
N=8048154m, ponto 376, de coordenadas E=539143m
N=8048243m, ponto 377, de coordenadas E=539470m e N=804814
ponto 378, de coordenadas E=540031m e N=8049051m, ponto 37
de coordenadas E=540443m e N=8050258m, ponto 380,
coordenadas E=540370m e N=8050492m, ponto 381, de coordenad
E=540359m e N=8050939m, ponto 382, de coordenadas E=540171
e N=8051204m até o ponto 383 de coordenadas E=539912m
N=8051313m, por onde segue margeando a encosta de um peque
morro passando pelos pontos 384 de coordenadas E=538804m
N=8051324m, ponto 385 de coordenadas E=537817m
N=8051494m, ponto 386 de coordenadas E=537085m
N=8051096m, daí segue em linha no sentido NO por uma distânc
aproximada de 2600m até a margem da Lagoa da Olaria, ponto 3
de coordenadas E=534679m e N=8052330m, deste segue em linha
sentido NE por uma distância aproximada de 1150m margeando
Lagoa da Olaria até a margem direita do córrego Bebedouro, o por
388 de coordenadas E=534313m e N=8053447m, por onde segue e
linha no sentido NO por uma distância aproximada de 1600m até
confluência do córrego Bebedouro com o rio das Velhas, o ponto 3
de coordenadas E=532856m e N=8054037m, por onde segue o
das velhas à montante passando pelos pontos 390, de coordenad
E=532342m e N=8053388m, ponto 391, de coordenadas E=532213
e N=8052749m, ponto 392, de coordenadas E=532334m
N=8052538m, ponto 393, de coordenadas E=532424m
N=8052171m, ponto 394, de coordenadas E=532651m
N=8051444m, ponto 395, de coordenadas E=532886m
N=8051161m, ponto 396, de coordenadas E=533713m
N=8050476m, ponto 397, de coordenadas E=533996m
N=8050232m, 398, de coordenadas E=534221m e N=8049942
ponto 399, de coordenadas E=535079m e N=8048982m, ponto 40
de coordenadas E=535638m e N=8048737m, ponto 401,
coordenadas E=535797m e N=8048502m, ponto 402, de coordenad
E=535769m e N=8047878m, ponto 403, de coordenadas E=535682
e N=8047347m, até a confluência com um pequeno curso d'água,
ponto 404, de coordenadas E=535721m e N=8046476m, deste seg
à montante junto do pequeno afluente passando pelos pontos 405
coordenadas E=535946m e N=8046610m, ponto 406 de coordenad
E=536053m e N=8046620m, ponto 407 de coordenadas E=536193
e N=8046590m, ponto 408 de coordenadas E=536437m
N=8046490m, ponto 409 de coordenadas E=536879m





Rua Joaquim Marques de Carvalho, 789 - Cep 39.250.000 - Varzea da Palma

N=8046504m,	ponto	410	de	coordenadas	E=537286m
N=8046686m,	ponto	411,	de	coordenadas	E=537512m
N=8046973m,	ponto	412,	de	coordenadas	E=537888m
N=8046900m,	ponto	413,	de	coordenadas	E=538243m
N=8047038m,	ponto	414,	de	coordenadas	E=538345m
N=8047063m,	ponto	415	de	coordenadas	E=538539m
N=8046992m,	ponto	416	de	coordenadas	E=538719m
N=8046977m,	ponto	417	de	coordenadas	E=538907m
N=8046905m,	ponto	418	de	coordenadas	E=538958m
N=8047018m,	ponto	419	de	coordenadas	E=539091m
N=8046985m,	ponto	420	de	coordenadas	E=539285m
N=8046912m,	ponto	421,	de	coordenadas	E=539428m
N=8046926m,	ponto	422,	de	coordenadas	E=539617m
N=8046792m,	ponto	423,	de	coordenadas	E=539874m
N=8046797m,	até o ponto	424	de	coordenadas	E=540085m

N=8046900m, deste segue em linha no sentido SE por uma distância aproximada de 1600m até a confluência de dois cursos d'água que formam o córrego dos Ovós, o ponto 425 de coordenadas E=540278 e N=8045295m, deste seguem então a em linha reta no sentido S por uma distância aproximada de 5.850m até o ponto 01, ponto início do polígono da Unidade de Conservação e onde teve início a descrição.

Art. 2º - A implantação da APA SERRA DO CABRAL priorizar as seguintes providências:

- I - Zoneamento ecológico e econômico, indicando as atividades a serem desenvolvidas e incentivadas em cada zona e as restrições legais aplicáveis;
- II - Implantação de uma política de educação ambiental visando esclarecer a comunidade sobre o local e a importância da APA para a manutenção da qualidade de vida no município;
- III - Aplicação de medidas legais evitando-se a degradação da qualidade ambiental;
- IV - Utilização de instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais e não governamentais para assegurar a proteção da vida silvestre, o uso racional dos recursos naturais através de planos de manejo sustentável garantindo a preservação dos recursos hídricos, da fauna e flora existentes na região;
- V - Implantação de órgão municipal responsável pelo cumprimento da legislação ambiental, bem como executar





PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA
 Rua Joaquim Marques de Carvalho, 799 - Cap. 39 260.806 - Várzea da Palma - MG

atividades de coordenação dos trabalhos da APA SERRA DO CABRAL;

V - Criação do Conselho Consultivo da APA que se compõe paritariamente por membros da Prefeitura Municipal, sociedade Civil, Estado, Entidades não governamentais e Associações envolvidas com a APA SERRA DO CABRAL;

Art. 3º - A Área de Proteção Ambiental SERRA DO CABRAL compreende uma área de 42.601,90ha, sendo 14.315,74ha de Zona de Preservação da Vida Silvestre, 18.104,10ha de Zona de Conservação da Vida Silvestre e 10.182,06ha de Zona de Uso Agropecuário.

Art. 4º - O Decreto que regulamentar o zoneamento da APA SERRA DO CABRAL deverá estabelecer medidas que assegurem o manejo adequado para a área obedecendo-se as restrições e demais limitações previstas na Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1988, bem como as normas do órgão Ambiental Estadual competente.

Art. 5º - O Poder Executivo aplicará mensalmente 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS, relativo ao Meio Ambiente, na Gestão e Administração da APA SERRA DO CABRAL.

Parágrafo único: A aplicação do artigo anterior se refere aos pagamentos de funcionários da APA, manutenção de peças e serviços de veículos, cursos e treinamentos para funcionários, implantação de infra-estruturas e para as diversas atividades relativas à Educação Ambiental e melhoria do meio ambiente dentro do município.

Art. 6º - A APA SERRA DO CABRAL será supervisionada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Várzea da Palma-MG, com a participação do Conselho Consultivo.

Parágrafo único: O conselho consultivo será constituído por:

- Um gerente da APA, que será um responsável de nível técnico indicado pelo Prefeito Municipal;
- Um vereador indicado pelos seus pares;
- Um representante do Sindicato Rural ou Associação de Produtores existentes no município;
- Um Técnico indicado pelo escritório Regional do IEF ou IBAMA;
- Um representante de uma ONG legalmente constituída;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA
Rua Joaquim Marques do Carvalho, 759 - Cep 39.250.000 - Várzea da Palma-MG

- Um representante da EMATER;
- Um representante da Polícia Militar de Minas Gerais;
- Um representante da comunidade onde se localiza a AI SERRA DO CABRAL.


Art. 7º - Autoriza o poder executivo a tomar todas providências legais cabíveis através de decreto definindo zoneamentos necessários, atribuições e normas de funcionamento da APA SERRA DO CABRAL, bem como entidades públicas privadas para execução dos trabalhos previstos nesta Lei.

Art. 8º - Fica o poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ou especial no orçamento vigente de 2006, para cumprimento das despesas referentes à Implantação da AI SERRA DO CABRAL.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

SANCIONO: Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente no que nela se contém.

Gabinete do Prefeito, Várzea da Palma, 24 de maio de 2019


Gercil David dos Santos
Prefeito Municipal



**ANEXO I.D – Ofício 190/2018 – Prefeitura de Várzea da Palma**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA PALMA
Rua Cláudio Manoel da Costa, nº. 1.000 – Cep 39.260.000 – Várzea da Palr

Várzea da Palma- MG, 27 de Novembro d

Ofício nº. 190-2018/GAB.PMVP-MG

Ao Ilustríssimo. Sr.

Hélio Domingos Neto

MD

Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

C/C

MD

Jacqueline Evangelista Fonseca

Assessora Técnica Agência Peixe Vivo

Assunto: **Encaminhamento**

Referência: **APA Municipal Serra do Cabral Várzea da Palma/MG**

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos informar que estão sendo tomadas as devidas providências para adequar o Regimento Interno do CODEMA para que assumirá o papel de Conselho da Unidade de Conservação APA Serra do Cabral.

Na oportunidade informamos que não existe mapa com a delimitação Municipal Serra do Cabral e os respectivos *shapefiles*.

Sem mais para o momento e ao inteiro dispor de V.Exa. para quaisquer informações adicionais, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

EDUARDO MONTEIRO DE MORAIS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA PALMA





ANEXO II – Modelo do Termo de Compromisso a ser firmado entre as Prefeituras Municipais de Lassance/MG e Várzea da Palma/MG, a Agência Peixe Vivo e o CBH Rio das Velhas





ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DO CABRAL NO MUNICÍPIO DE _____

Termo de Compromisso que entre si celebram o Município de _____, a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo e o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas.

O Município de _____/MG, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, neste ato representado pelo prefeito, Senhor _____, brasileiro, (*estado civil*), (*profissão*), residente à _____, bairro _____, CEP _____, CPF nº _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedido pela _____, conforme ato de posse ora anexo, a **Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo**, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, entidade delegatária de funções de agência de bacia por meio do Contrato de Gestão nº _____ firmado com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, situada a rua dos Carijós nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-060, CNPJ/MF nº 09.226.288/001-91, representada legalmente pela Senhora **Célia Maria Brandão Fróes**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do CPF nº 463.217.646-04, documento de identidade nº M-1.414.806, expedido pela SSP-MG, residente na rua Guaratinga nº 77, Belo Horizonte-MG, e o **Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas**, doravante denominado **CBH Rio das Velhas**, representado pelo seu Presidente **Marcus Vinícius Polignano**, portador do CPF nº 456.609.136-87, documento de identidade nº M705677, expedido pela SSP-MG, residente na rua Dom Joaquim Silvério, nº 984, Belo Horizonte-MG, resolvem celebrar o presente **Termo de Compromisso** para elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra do Cabral - _____/MG:

- i- A geração de recursos da cobrança pelo uso da água para investimentos na bacia hidrográfica;
- ii- O Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio das Velhas e o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da bacia do rio das Velhas, referente ao exercício de 2018 a 2020, ordenaram investimentos para elaboração de Estudos para apoiar Unidades de Conservação e elaboração de Planos de Manejo (item II.2.1.1), visando à proteção e recuperação de áreas para a conservação;

Sujeitando-se, no que couber, às disposições legais e aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir, a Agência Peixe Vivo, a Prefeitura Municipal de _____ e o CBH Rio das Velhas firmam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto firmar a cooperação entre a Agência Peixe Vivo, o Município de _____/MG e o CBH Rio das Velhas com vistas à elaboração do Plano de Manejo da APA





Serra do Cabral no município de _____, com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio das Velhas, a ser licitado, supervisionado e acompanhado pela Agência Peixe Vivo, e apoiado e validado pelo município.

Para a efetivação da contratação do Plano de Manejo da APA Serra do Cabral pela Agência Peixe Vivo, o Município de _____/MG afirma não dispor de recursos de outras fontes para sua elaboração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Compete a Agência Peixe Vivo:

- a) Elaborar o Ato Convocatório e o Termo de Referência para contratação do Plano de Manejo;
- b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação e aprovação dos produtos entregues;
- d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano de Manejo da APA Serra do Cabral.

II. Compete ao Município:

- a) Assinar o presente Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do Plano de Manejo;
- b) Publicar, em até 15 dias após a assinatura da Ordem de Serviço pela empresa CONTRATADA, instrumento normativo nomeando membros para a composição de um Grupo de Trabalho que ficará responsável por acompanhar todas as etapas de elaboração do Plano de Manejo;
- c) Fornecer suporte técnico e disponibilizar todas as informações, documentos e mapas necessários à adequada execução dos trabalhos;
- d) Permitir o acesso à área da APA Serra do Cabral, pelos profissionais da empresa contratada para a execução dos trabalhos;
- e) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais, de áreas afins ao tema, para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo, acompanhar a elaboração do Plano de Manejo da APA Serra do Cabral;
- f) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização dos eventos públicos previstos;
- g) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano de Manejo;
- h) Ao final dos trabalhos, viabilizar a aprovação do Plano de Manejo por meio da publicação de Portaria Municipal;
- i) Zelar pela divulgação do trabalho e execução das ações de melhorias propostas, após a finalização do Plano de Manejo.





III. Compete ao CBH Rio das Velhas:

- a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano de Manejo.
- b) Participar das reuniões de alinhamento com as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo da vigência do presente Termo de Compromisso será correspondente à vida útil do objeto do contrato, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado desde que haja concordância entre as partes, o que será feito mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO

Ficam assegurados aos partícipes os direitos de acompanhar toda a execução dos trabalhos desenvolvidos, assim como questionar quaisquer eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Todos os gastos com a execução do objeto avençado ficam a cargo da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo, estando o Município desonerado com as despesas, exceto aquelas despesas inerentes ao cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso, em especial aquelas contidas na cláusula segunda, inciso II.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de termos aditivos objetivando o seu aprimoramento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por denúncia de qualquer dos partícipes, comunicada ao outro, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, bem como pela inadimplência de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de _____/MG providenciará até o quinto dia útil subsequente à assinatura do presente Termo de Compromisso, a publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial competente, em obediência ao parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.





CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas durante a vigência deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da comarca de Belo Horizonte-MG.

E por estarem justos e compromissados com as cláusulas e condições aqui pactuadas, assinam as partes do presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

_____/MG, ____ de _____ de 20____.

 Prefeito Municipal de _____/MG

 Célia Maria Brandão Fróes
 Diretora Geral da Agência Peixe Vivo

 Marcus Vinícius Polignano
 Presidente do CBH Rio das Velhas

Testemunhas:

 Nome:

CPF:

RG:

 Nome:

CPF:

RG:





ANEXO III – Formulário Padrão de Registro de Espécies

As informações taxonômicas e de registro de espécies da fauna e flora encontradas na UC devem seguir o padrão estabelecido na tabela.

UC	Informações taxonômicas					Informações do registro			
	Nome popular	Ordem	Família	Espécie	Nomenclatura taxonômica utilizada	Tipo de registro	Instituição depositária	Pesquisador responsável	Ano do registro
<i>Nome da unidade de conservação onde o registro foi efetuado</i>	<i>Nome popular da espécie registrada</i>	<i>Ordem da espécie registrada</i>	<i>Família da espécie registrada</i>	<i>Nome científico da espécie registrada</i>	<i>Referência utilizada para nomear a espécie. Por exemplo: Wilson & Reeder 2005</i>	<i>Detalhar o tipo de registro efetuado para a espécie. Se a espécie foi avistada em campo, se foi registrada por armadilha fotográfica, se foi registrada através de rastros ou fezes, etc</i>	<i>Em caso de coleta de espécime citar instituição onde o material será depositado</i>	<i>Nome do pesquisador que efetuou o registros ou era responsável pela pesquisa</i>	<i>Ano em que o registro foi efetuado</i>

